



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LETICIA MACEDO DE MOURA

ILUMINANDO A RESISTÊNCIA:
A LINGUAGEM VISUAL E POLÍTICA DO JORNAL LÂMPIÃO DA ESQUINA NA
DITADURA MILITAR BRASILEIRA

MARIANA
2025

LETICIA MACEDO DE MOURA

**ILUMINANDO A RESISTÊNCIA:
A LINGUAGEM VISUAL E POLÍTICA DO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA
NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso elaborado como requisito de avaliação para obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Nogueira Alves.

MARIANA

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M929i Moura, Leticia Macedo De.

Iluminando a resistência [manuscrito]: a linguagem visual e política do jornal Lâmpião da Esquina na ditadura militar brasileira. / Leticia Macedo De Moura. - 2025.

58 f.: il.: color..

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Nogueira Alves.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Lâmpião da Esquina (Jornal). 2. Arte. 3. Ditadura na literatura - Brasil. 4. Jornalismo - Aspectos políticos - Brasil. 5. Homossexualidade. I. Alves, Leonardo Nogueira. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 070(81)(091)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Letícia Macedo de Moura

Iluminando a resistência: a linguagem visual e política do Jornal Lampião da Esquina na Ditadura militar brasileira

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 24 de março de 2025

Membros da banca

Prof. Dr. - Leonardo Nogueira Alves - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Dr. - Davi Machado Perez - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Profa. Dra. - Ísis Silva Roza- (Universidade Federal de Ouro Preto)

Leonardo Nogueira Alves, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 01/04/2025



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Nogueira Alves, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/04/2025, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0887444** e o código CRC **FB202CE7**.

AGRADECIMENTOS

Como cantou Sued Nunes “*Nessa terra, nesse chão de meu Deus Sou uma mas não sou só*”, agradeço todos aqueles que me permitiram dividir o tempo e o espaço. Em especial ao meu irmão, João Victor, por me impulsionar a percorrer quilômetros de distância em busca dos meus sonhos. Ao meu pai Genival e a minha tia Avani, pelo imenso apoio. Aos meus avós, Maria e Leonardo, que através da sua criação me trouxeram até aqui. Aos amigos que me acolheram em Minas Gerais e que deixaram minha jornada muito mais fácil de ser percorrida. Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto, por me possibilitar um espaço de aprendizado e importantes vivências, sobretudo ao corpo docente do Curso de Serviço Social, por compartilhar seus ensinamentos e por serem uma referência do Serviço Social e de luta pela profissão. Em particular ao meu orientador Leonardo Nogueira Alves, por aceitar adentrar essa aventura junto a mim. Por fim, a todos e todas, que em algum momento, sob duras circunstâncias, ousaram lutar pela democracia e a liberdade brasileira.

RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso possui como tema: Iluminando a resistência, a linguagem visual e política no jornal *Lampião da Esquina* na Ditadura Militar Brasileira. Com o objetivo geral de analisar a maneira como as edições do *Jornal Lampião de Esquina* (1978-1981) utilizavam linguagens artísticas. Delimitado pelos objetivos específicos: 1) Pesquisar quais as configurações sócio históricas da sociedade brasileira no período de 1978 a 1981; 2) Examinar como se deu a organização do movimento homossexual durante o período de publicação do *Jornal Lampião de Esquina*; 3) Investigar a maneira como o *Jornal Lampião de Esquina*, ao incorporar linguagens artísticas em suas publicações, contribuiu com o debate público sobre gênero e sexualidade no Brasil. O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, com base em uma abordagem qualitativa. Os resultados obtidos demonstram o papel do *Lampião da Esquina* na articulação de um discurso subversivo e crítico, utilizando a linguagem artística e politizada, desafiando normas do período e promovendo uma contribuição sobre questões de gênero e sexualidade no país.

Palavras-chave: *Lampião da Esquina*; Ditadura Militar; Arte; Homossexualidade.

ABSTRACT

This Course Completion Work is titled *Illuminating Resistance: Visual and Political Language in the Lampião da Esquina Newspaper during the Brazilian Military Dictatorship*. The main objective is to analyze how the issues of *Lampião da Esquina* (1978-1981) employed artistic languages. The study is further defined by the following specific objectives: 1) Investigating the socio-historical context of Brazilian society from 1978 to 1981; 2) Examining how the homosexual movement was organized during the publication period of *Lampião da Esquina*; 3) Exploring how *Lampião da Esquina*, through the incorporation of artistic languages in its publications, contributed to the public debate on gender and sexuality in Brazil. The research was conducted through a bibliographic review, employing a qualitative approach. The results highlight the role of *Lampião da Esquina* in articulating a subversive and critical discourse, using artistic and politicized language to challenge the norms of the period and contribute to discussions on gender and sexuality in the country.

Keywords: Lampião da Esquina; Military Dictatorship; Art; Homosexuality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Objetivos	3
1.2	Metodologia	3
2	DA MARGINALIZAÇÃO A RESISTÊNCIA	5
2.1	Sociabilidade e sexualidade humana.....	5
2.2	A germinação da imprensa no Brasil	9
2.3	A repressão da Ditadura Militar de 1964 nos folhetins brasileiros.....	11
2.4	Da Marginalização à Luta: o Movimento homossexual e a Repressão Legal..	20
3	UM LAMPIÃO ACESO.....	25
3.1	A arte no jornal Lampião da Esquina.....	29
3.2	A arte também é política.....	39
3.3	A hora final do Lampião da Esquina.....	46
4	CONCLUSÃO.....	50
5	REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

Durante a graduação em Serviço Social, tive a oportunidade de me aprofundar na dialética marxista, por meio de autores como José Paulo Netto, Lukács, Florestan Fernandes, Marilda Yamamoto, entre outros. As obras desses intelectuais permitiram uma compreensão crítica e aprofundada das realidades sociais, especialmente no que diz respeito às disputas de classe na sociedade capitalista, as quais deram origem à formação de diversos grupos sociais com reivindicações heterogêneas.

A graduação em Serviço Social, igualmente, proporcionou a vivência do estágio supervisionado no Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ (CRA LGBTQ+), equipamento que está inserido na Política de Assistência Social do município de Ouro Preto, Minas Gerais. O que permitiu estreitar os laços com essa comunidade específica e aprofundar minha trajetória em relação à temática LGBTQIAPN¹.

A vivência no estágio possibilitou o estabelecimento de vínculo com esse público, possibilitando um conhecimento mais aprofundado sobre suas realidades, bem como suas demandas e vivências. O espaço vem se consagrando como um local de importantes debates, acolhimento e representação, refletindo, desse modo as conquistas políticas e sociais alcançadas pelo movimento homossexual ao longo de sua trajetória, desde a sua germinação até a atualidade.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, busquei unir interesses, ao investigar o impacto da dimensão artística na vida, no cotidiano e nos espaços de luta, especificamente no contexto do movimento homossexual, instigada pela fascinante experiência adquirida durante o estágio supervisionado. Crescer prestigiando o teatro, o cinema brasileiro, a música, especialmente a Música Popular Brasileira, representações que se entrelaçaram, sobretudo, a luta brasileira pelo anseio a democracia, justiça social e combate aos preconceitos. Foi possível construir um vasto acervo de importantes referências. Buscar compreender como esses indivíduos foram inspirados, influenciados e transformados, é também dar continuidade as suas vozes e histórias.

Desta forma, para compreender de maneira mais distinta esse fato, considero imprescindível o resgate das principais referências, expressões, eventos e veículos que,

¹ Sigla que abrange uma variedade de identidades de gênero e orientações sexuais, representando pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias o símbolo de (+) busca reconhecer a diversidade das muitas variações de gênero e sexualidade, não especificamente mencionadas na sigla.

ao longo dos anos, contribuíram para conferir voz e visibilidade à causa e aos indivíduos homossexuais. Nesse contexto, o objeto escolhido desta pesquisa é o jornal *Lampião da Esquina*. De acordo com Lima (2001) o jornal foi um periódico subversivo produzido por e para homossexuais, publicado entre os anos de 1978 e 1981, durante o período da Ditadura militar brasileira.

O jornal tinha como foco destacar as identidades homossexuais brasileiras, que por muitos anos foram marginalizadas. Suas edições eram repletas de críticas à repressão daquele período, à violência dirigida aos indivíduos homossexuais, além de conter uma significativa dose de conteúdo cultural, que, mais do que um apelo artístico, se transformou em um espaço de visibilidade e militância. Para uma melhor compressão dessa dinâmica, o estudo será norteadado pelo seguinte questionamento: como diferentes linguagens artísticas se apresentaram nas edições do Jornal *Lampião de Esquina* (1978-1981)?

Para essa finalidade, o estudo se objetivou em analisar a maneira como as edições do Jornal *Lampião de Esquina* (1978-1981) utilizavam linguagens artísticas. Além disso, este estudo propõe-se a analisar, sob a ótica jornalística, a organização do movimento homossexual, historicamente marginalizado, e a construção do movimento homossexual, se consolidando como um agente social e político, contribuindo ao longo dos anos, para a quebra de tabus, luta contra a homofobia e identificação de suas principais necessidades e demandas dessa comunidade.

A pesquisa histórica sobre a arte na imprensa homossexual pode contribuir de maneira significativa para a formação de profissionais, sobretudo do Serviço Social, ampliando a compreensão sobre a luta por direitos e reconhecimento dos movimentos sociais, particularmente o movimento homossexual, além de buscar captar como essa luta transcendeu as páginas dos jornais, ganhando materialidade e visibilidade na sociedade. Assim, essa análise permite que enquanto ser social e profissional, se consiga reconhecer as dinâmicas de opressão que essa comunidade enfrentou no passado e continua a enfrentar na atualidade, impulsionando debates e mecanismos que combate a essa dominação.

Além disso a arte, como uma importante dimensão da vida humana, frequentemente reflete desafios e necessidades específicas de um grupo, podendo ser utilizada como arcabouço de identificação e promover o desenvolvimento de ações e políticas públicas voltadas a atender as particularidades dos indivíduos homossexuais.

Como exposto, compreender a arte justifica-se pela sua capacidade de servir como uma fonte potencial de inspiração para projetos de intervenção profissional. O conhecimento prévio sobre suas potencialidades, enquanto vetor de transformações sociais e culturais de expressão e valorização de identidades, pode contribuir significativamente para a execução desses planejamentos.

Os aspectos citados, são essenciais para a elaboração de uma prática profissional aliada a valorização da diversidade das identidades LGBTQ+ e no reconhecimento da necessidade de manutenção dos direitos conquistados ao longo dos anos no Brasil, e na promoção contínua dos direitos humanos e do combate a toda e qualquer tipo de discriminação.

1.1 OBJETIVOS

Objetivo geral: Analisar a maneira como as edições do Jornal *Lampião de Esquina* (1978-1981) utilizavam linguagens artísticas.

Objetivos específicos:

- 1) Pesquisar quais as configurações sócio históricas da sociedade brasileira no período de 1978 a 1981.
- 2) Examinar como se deu a organização do movimento homossexual durante o período de publicação do Jornal *Lampião de Esquina*.
- 3) Investigar a maneira como o Jornal *Lampião de Esquina*, ao incorporar linguagens artísticas em suas publicações, contribuiu com o debate público sobre gênero e sexualidade no Brasil.

1.2 METODOLOGIA

O presente estudo tem como objetivo central analisar a maneira como as edições do Jornal *Lampião de Esquina* (1978-1981) utilizavam linguagens artísticas. Além disso, busca investigar como essa abordagem influenciou e contribuiu para a construção do movimento homossexual, por meio de uma extensa pesquisa bibliográfica. Conforme Lima e Miotto (2007, p. 38) “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.”

Ainda segundo os autores, Lima e Miotto (2007) é de suma importância a escolha de uma técnica a ser utilizada para a investigação. Desse modo, a pesquisa bibliográfica possui como uma das principais ferramentas a leitura, se entende que é a partir desse

importante recurso que se pode identificar e extrair materiais importantes para a realização de estudos.

Nesse escopo, as fontes secundárias permitem ao pesquisador construir um caminho teórico e metodológico com a finalidade de alcançar os objetivos pretendidos, além disso, garante cientificidade ao estudo.

Conforme Gil (2002, p. 45)

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas (Gil, 2002, p. 45)

Todavia, a pesquisa em questão faz uso desses importantes componentes, a todo momento em que busca resgatar acervos que armazenam informações dos contextos históricos investigados, além disso, se pretende ressaltar percepções de autores que vivenciaram tais períodos e podem, desse modo, oferecer uma perspectiva mais ampla do tema abordado. Gil (2002, p. 45) “a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos.”

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratória, que se objetiva em possibilitar uma maior familiaridade entre o tema, a pesquisadora, e conseqüentemente, os leitores. Os procedimentos utilizados, partiram inicialmente da estruturação de um mapeamento de referências bibliográficas a partir de buscas realizadas em plataformas digitais como Google Acadêmico, ferramenta pertencente ao Google que possibilita pesquisas acadêmicas. O Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), acervo que reúne a produção acadêmico-científica do país em nível de mestrado e doutorado. E a *Scientific Electronic Library (SciELO)* que funciona como uma biblioteca digital de artigos. As plataformas mencionadas contribuíram significativamente para a análise do fenômeno investigado, oferecendo uma vasta literatura de artigos, teses, dissertações e monografias, que serviram de referência para a leitura e captura dos principais temas trabalhados na pesquisa, fortalecendo, assim, a construção de um referencial teórico consistente e coeso.

Além das fontes citadas, foi analisado a versão online do Jornal *Lampião da Esquina*. O material selecionado para a análise está disponível no website do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+). Este centro pertence ao Grupo Dignidade, e funciona como um relevante acervo das edições digitalizadas do periódico, do qual foram retiradas também as imagens utilizadas neste estudo. O objetivo da análise do acervo digital foi realizar a leitura do jornal *Lampião da Esquina*, com a finalidade de servir como guia para examinar suas edições, capturar imagens e identificar os diversos assuntos abordados, que foram de interesse deste estudo.

A primeira etapa se consistiu na seleção dos materiais mais relevantes para o tema. Após a revisão da literatura, foi realizada uma leitura mais aprofundada e crítica dos trabalhos selecionados. Na segunda etapa, se iniciou a estruturação e redação dos capítulos. Na terceira etapa, foi realizada a revisão ortográfica dos textos, assim como a formatação da estrutura do trabalho e das referências bibliográficas. Na quarta e última etapa, foi elaborada as considerações finais do trabalho.

Considerando os objetivos e metas do estudo, a escolha dos métodos mencionados acima proporcionou um suporte significativo na elaboração da pesquisa e na construção dos capítulos planejados, contribuindo, assim, para o esclarecimento dos propósitos que o estudo se propôs a alcançar e elucidar.

2 DA MARGINALIZAÇÃO A RESISTÊNCIA

Neste capítulo, procuraremos analisar as configurações sócio históricas da sociedade brasileira no período de circulação do jornal *Lampião da Esquina*, criado e difundido entre os anos de 1978 a 1981, a fim de compreender quais foram os contextos e mecanismos que impulsionaram sua publicação e comercialização.

Partindo, em primeiro plano, de uma breve passagem sobre o histórico complexo da imprensa no Brasil, e suas diversas mudanças ao longo das décadas, que ocasionaram importantes transformações, que se relacionaram com o passar do tempo as narrativas sociais, especialmente durante períodos de repressão, como ocorrido na Ditadura Militar brasileira.

Além disso, buscamos relacionar o surgimento da mídia alternativa e clandestina, com o surgimento e a amplificação de alguns movimentos sociais, especialmente o

movimento homossexual, analisando como se deu a sua germinação e organização durante esse período.

2.1 SEXUALIDADE E SOCIABILIDADE HUMANA

Aqui tomamos uma brecha para debater a relação entre a sociabilidade humana e a sexualidade, compreendida como complexa e multifacetada. Embora a capacidade humana de criar laços e relações interpessoais esteja profundamente conectada a sexualidade, essas relações enfrentaram diversas normas e conflitos ao longo da história das sociedades.

A sexualidade é disposta como um aspecto fundamental da vida humana, como fator determinante para a reprodução humana, entretanto é certo que a interação sexual não seja propriamente um ato biológico. Há diversos outros fatores que influenciam nesse aspecto humano, como a expressão de identidade, valores e comportamentos, que se entrelaçam nas relações sociais e na forma que os sujeitos se conectam consigo mesmos e com os outros.

Além disso, a sexualidade é um conceito muito mais complexo e amplo, que não se confina apenas ao aspecto biológico como foi constantemente limitado, pois está relacionada à maneira como os indivíduos vivenciam e expressam sua sexualidade e identidades derivantes. Esses aspectos provocaram, ao longo do tempo, diversas divergências, que resultaram historicamente em um contexto de luta por reconhecimento, direitos e defesa dessas expressões.

As questões relacionadas à sexualidade sempre causaram grande alvoroço e disputas em muitas sociedades. Sendo compreendida de maneira mais restrita e muitas vezes associada a questões de moralidade, normas religiosas e ao pecado. Heilborn (2006) aponta que os estudos dos processos histórico-culturais demonstram como certos comportamentos, amplamente aceitos em determinadas épocas, podem ser proibidos e censurados em outros períodos, dessa forma, se percebe que as normas sociais e culturais mudam ou são impostas ao longo do tempo, afetando diretamente a maneira como as pessoas expressam e experimentam comportamentos, valores sociais e identidades.

No Brasil, o modelo de civilização e de organização imposto e difundido com a colonização europeia, resultou na construção de um forte conservadorismo que se difundiu em várias esferas da sociedade brasileira, sobretudo nas questões que abrangem

gênero e sexualidade. As primeiras percepções acerca dos costumes homoeróticos em terras brasileiras, foram traçadas pela visão dos padres jesuítas. Segundo Trevisan (2000, p. 65) “o padre Manoel de Nóbrega foi provavelmente o primeiro visitante a notar esse costume no Brasil quando, em 1549, comentou que muitos colonos tinham índios por mulheres, ‘segundo 01 costume da terra’.

Se nota, dessa forma, que o debate em torno da sexualidade em terras brasileiras foi, desde o início, datado de estranhamento e moralismo. Trevisan aponta que, “mas entre os costumes devassos dos habitantes desse paraíso tropical, nada chocava mais os cristãos da época do que a prática do ‘pecado nefando’, ‘sodomia’ ou ‘sujidade’, nomes então dados a relação homossexual” (Trevisan, 2000, p. 65).

De acordo com Alves (2011) a Igreja Católica, por sua vez, considera a prática de sodomia um degradante pecado, argumentando a partir das sagradas escrituras cristãs, que orienta e proíbe a homossexualidade. Resultando na promoção de condutas morais religiosas que consideram, sobretudo, a prática homossexual uma forma de afastar os sujeitos dos caminhos de Deus.

Conforme observado, as impressões particularmente arrojadas pelo julgo conservador e tradicional cristão estabeleceu no Brasil um forte senso repressor acerca da sexualidade e suas expressões, especialmente aquelas que fogem a regra da heteronormatividade. Segundo Davi (2005, p. 128) “analisando a gênese das religiões ocidentais, podemos encontrar os pressupostos morais que fizeram e ainda fazem diversas seitas serem hostis à homossexualidade, a intolerância anti-homossexual tem suas raízes na tradição judaico-cristã”.

Como resultado, a homossexualidade foi sendo enfrentada de forma estereotipada e mergulhada em uma marginalização que cristalizou os preconceitos contribuindo com a intolerância contra as identidades homossexuais ao longo dos séculos no Brasil e outras partes do mundo. Contudo, é imprescindível esclarecer que a homofobia não se instaurou nas sociedades apenas pela ótica religiosa.

Conforme Silveira (2014) a crescente onda de discursos homofóbicos presentes em toda a história moderna do ocidente auxilia no entendimento de como a homossexualidade foi sendo enfrentada como uma forma de transgressão a ordem e a moral, sendo interpretada como um risco para a sociedade.

Santos e Silva (2013, p. 112) afirmam:

Quando se questiona quais as origens da homofobia, de extrema importância é que se voltem os olhos para a formação da família burguesa e sua relação com a proliferação dos discursos condenatórios à todas as formas de viver a

sexualidade para além dos limites por ela impostos (Santos e Silva, 2013, p. 112).

Os papéis de gênero impostos na divisão social e do trabalho entre homem e mulher também foram fundamentais para essa reprodução de modelo de família. Se manifestando e fortalecendo a partir da lógica capitalista. Silveira (2014) sustenta que “a sexualidade também foi construída por meio da dominação e controle social por parte das elites burguesas e católicas, às quais encontravam a sexualidade como meio de manutenção conservadora e prática economicamente útil”.

A estrutura familiar se apropria da organização da sociedade como um todo. A família burguesa, que se desenvolveu com o capitalismo, assumiu funções específicas, tal qual a manutenção e a administração da transmissão dos seus bens, costumes e regras, garantindo a reprodução das condições sociais e econômicas da classe e do sistema. A discriminação contra a homossexualidade, então, é entendida como uma forma de reforçar e manter esse modelo tradicional de família, visto como a base da ordem econômica e social burguesa.

Historiadores que se dedicam ao estudo da posição da família na sociedade e das funções a estas atribuídas, indicam que no período entre os séc. XVI à XIX, a família passa por diversas mudanças rumo a consolidação do modelo de família burguesa, que permaneceria como modelo ideal influenciador das relações humanas até os dias de hoje. Isto porque, anteriormente a esse período, a família enquanto um espaço privado de socialização, em oposição ao espaço público, praticamente não existia (Santos e Silva, 2013, p. 112-113).

No Brasil, a homossexualidade passou a ser interpretada e marginalizada historicamente a partir da perspectiva eurocêntrica colonizadora. Conforme Silveira (2014) “O ocidente, ao redesenhar a epistemologia do sexo e definir o que é certo e errado, lícito ou ilícito, definiu novas regras dos poderes e prazeres”. Para o autor, é a partir dessa concepção, que a manutenção de uma ordem monogâmica heterossexual conservadora se propagou e fortaleceu no interior das sociedades, suprimindo e criminalizando as sexualidades periféricas.

Portanto, segundo Santos e Silva (2013) a origem da homofobia, manifestada a partir do sistema capitalista vigente, precisa ser entendida juntamente com o aparecimento e a imposição de um modelo ideal, surgido a partir da origem da família burguesa, essas relações: “só podem ser compreendidas a partir da relação existente entre o modo de produção capitalista e a necessidade de uma gestão específica do patrimônio e das

personalidades, que só é possível na estrutura familiar burguesa” (Santos e Silva, 2013, p. 17).

O mundo pós-colonial compreende um vasto campo para atuação dos movimentos sociais contemporâneos na reconstrução de identidades culturais historicamente exploradas e dominadas pela transposição violenta e irracional dos pensamentos hegemônicos do mundo eurocêntrico colonizador (Silveira, 2014, p. 84).

A contemporaneidade oportunizou novos arranjos e formas de encarar todas essas imposições coloniais, além de reforçar os questionamentos acerca da imposição da visão de mundo europeia, que foi catalizadora de enormes danos às sociedades colonizadas, marginalizando e perseguindo suas culturas e identidades, e que ocasionou todo um processo de negação da diversidade sexual e cultural destas, numa nociva tentativa de homogeneizar o mundo à imagem e semelhança das potências coloniais.

Muitos dos movimentos sociais que conhecemos hoje se originaram no interior desses questionamentos, buscando formas de eclosão e organização. Não obstante, veremos essas ações se desenrolarem em períodos muito distintos da história da democracia brasileira.

2.2 A GERMINAÇÃO DA IMPRENSA NO BRASIL

O momento que a prensa de Gutenberg² atravessou o Atlântico, carregada pelos navios da Coroa portuguesa, demarcou um dos mais significativos marcos históricos do país, a germinação da imprensa escrita brasileira. De acordo com Carvalho (1996), conhecida até os dias de hoje, a imprensa Régia, fundada por volta de 1808, no Rio de Janeiro, possibilitou a criação e circulação da Gazeta do Rio de Janeiro, considerado o primeiro jornal publicado no Brasil.

Dessa maneira, Barbosa explicita (2008, p. 94),

O distinto periódico tinha a função de amplificar a divulgação das informações disseminadas pelo Poder Real. A imprensa que servia às intenções da administração colonial, publicando edições ordinárias e outras extraordinárias, deixou como restos e vestígios do século XIX (Barbosa, 2008, p. 94).

De acordo com Barbosa (2008, p. 93) “a transferência da Família Real e de seu séquito produziram mudanças econômicas, sociais, políticas e, sobretudo, culturais. Na

² Johannes Gutenberg (1395 – 1468), desenvolveu por volta do século XIV a máquina de impressão móvel, aperfeiçoando e revolucionando os métodos de impressão e divulgação de materiais escritos.

trilha da troca de mercadorias se estabelece também aqui a troca de informações”. O evento possibilitou o surgimento de novas instituições no Brasil, embora tenha acentuado os problemas em relação à dependência do país, fortaleceu a centralização do poder e disparidades sociais e econômicas. Schultz (2008) afirma que todo esse processo foi ambivalente, gerando mudanças positivas, mas também despesas muito altas, a marginalização de elementos estéticos e culturais brasileiro, além da acentuação da subordinação da colônia e do trabalho escravo.

Aliado a isso, esse deslocamento não apenas introduziu novas formas de administração, mas também propiciou a alteração das dinâmicas culturais do país, promovendo a urbanização, metropolização das cidades, e sobretudo, a cultura dos meios de comunicação. Carvalho (1996) evidencia que a imprensa no Brasil nesse período não florescia de forma livre, ao contrário disso, a imprensa nesse período nasce sob um forte viés de censura e estava sob o controle do Poder Real. Qualquer tipo de crítica a administração, a família real, a religião, e principalmente ao sistema escravista, eram previamente revistos e tinham sua circulação restrita, dessa forma, os jornais ficavam limitados aos temas que favoreciam ao reinado.

No entanto, é notório salientar que a atividade jornalística passou a fazer parte da vida e do cotidiano dos brasileiros, ocupando uma posição essencial na expansão e circulação de ideias em todo o país. Transgredindo, posteriormente as barreiras primárias estabelecidas no período imperial, obtendo, com o tempo, perspectivas mais livres e autônomas (Carvalho, 1996).

De acordo com Carvalho (1996, p. 1),

Dom Pedro I decretou em 8 de junho a vigência no Brasil das Bases da Constituição Política Portuguesa, decretada em 9 de março de 1821. Em Portugal, uma lei complementar de 12 de julho do mesmo ano incluiu a liberdade de imprensa. Foi considerada a primeira lei de imprensa portuguesa, tendo sido introduzida no Brasil em meados de setembro (Carvalho, 1996, p.1).

Desse modo, os jornais, após uma considerável passagem de tempo, passaram a circular de formas mais independentes, possibilitando o desenvolvimento da imprensa livre no país em meados de 1977. Promovendo, dessa forma, a expansão de inúmeras novas publicações. Que emergiram em um cenário de maior popularização e circulação de periódicos, acompanhando as mudanças e o crescimento da sociedade brasileira.

A virada do século acelerou o ritmo da vida cotidiana, invadida pelo cinematógrafo, pelo gramofone, pela atividade editorial próspera, e proporcionou o aumento da produção de livros e de revistas, quer mundanas, quer científicas, fixando os contornos desta nova sociedade republicana, na qual a imprensa, em franco processo de difusão, influenciou o gosto literário

que, cada vez mais, competia com as novas formas de comunicação, moldando, conseqüentemente, o perfil do novo intelectual, cuja principal atividade passou a ser o jornalismo (Carvalho, 1996, p.4).

Segundo Carvalho (1996), a virada do século 19 para o 20 possibilitou para os jornalistas um espaço importante no cotidiano da população brasileira, estes ditavam um novo estilo de vida, contrariando até mesmo a igreja cristã e influenciando novas formas de sociabilidade. Ainda, segundo a autora, “os jornalistas ditavam a nova forma de vida, contrariando a Igreja e até mesmo influenciando a formação de um novo padrão de linguagem e de uma nova consciência” (Carvalho, 1996, p. 4),

Desse modo, compreendemos que desde a sua origem, a imprensa sempre foi percebida como um potente meio de divulgação de informações, além de servir como dispositivo de registro e expressão humana. Possuindo a capacidade de documentar momentos importantes da construção das sociedades, sobretudo da heterogeneidade dos grupos sociais.

A pluralidade desses grupos pode ser então percebida nas diferenças étnicas, religiosas, culturais e de gênero, encontradas nas mais diversas populações espalhadas pelo mundo, e são importantes para demarcar a identidade dos sujeitos, de uma população ou de um grupo e a auxiliar a sociabilidade entre os povos.

2.3 A REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR DE 1964 NOS FOLHETINS BRASILEIROS

Na década de 1960, o contexto nacional estava marcado pelo governo de João Goulart, como presidente, ele enfrentou fortes críticas e seu governo era receado por muitos políticos e militares, que o viam como um governo de tendências sociais e esquerdistas (Lara e Silva, 2015).

De acordo com Delgado (2010) o presidente Goulart atuou no escopo da democracia política brasileira, buscando a concretização de uma democracia social no país. Essa abordagem governamental, embora vista como moderada por certos setores do movimento social nacionalista e reformista brasileiro, causou um grande desconforto aos conservadores que eram contrários a ela. Essas divergências provocariam, posteriormente, um processo histórico catastrófico que marcaria a vida republicana do país.

Segundo Netto (2017) as demandas em oposição a exploração imperialista e latifundiária, aliadas às reivindicações por maior participação política, evidenciavam a urgência de uma transformação no modelo de desenvolvimento econômico e de uma profunda democratização da sociedade brasileira.

Com forte desagravo a esse quadro de mudanças e as políticas sociais incentivadas por Goulart, nesse bojo vistas como comunistas, as classes dominantes do país, juntamente com setores conservadores da sociedade, como grandes proprietários de terra e a classe média urbana, além de contarem com o financiamento de forças internacionais, que detinham grande interesse em impedir qualquer avanço de pautas sociais e do comunismo na América Latina. Juntos promoveram acentuadas movimentações em torno do plano de derrubada do então presidente (Lara e Silva, 2015).

Conforme Netto destaca (2017, p. 30),

Toda a movimentação sociopolítica de 1963 a março de 1964 gira em torno da solução a ser encontrada. O arco de alianças que sustenta Goulart vai perdendo a sua relativa autonomia política em face da premência de decisões que a dinâmica econômica (precipitada pela crise) impõe. O campo democrático é atravessado por divisões (substantivas umas, adjetivas a maioria), enquanto a direita, que vinha de longo processo conspirativo, 20 vai colecionando adesões e saindo da sombra — naturalmente, com a utilização intensiva das instâncias do aparelho estatal sob seu controle e com as posições que detinha e que amplia na sociedade civil, com o veloz deslocamento de forças vacilantes (Netto, 2017, p. 30).

No início de 1964, com o governo já enfraquecido, a cena política brasileira se encontrava cheia de entraves, o golpe militar foi se desenhando até seu rebentamento. Para Netto (2017, p. 31) “o desfecho de abril foi a solução política que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contrarrevolucionário.” Dessa forma, a Ditadura militar brasileira, iniciada em 01 de abril de 1964, demarca um dos períodos mais traumáticos da história do país, marcada pela implementação de um modelo autoritário de governo, intensa repressão política, cerceamento das liberdades civis e constante violação dos direitos humanos.

Conforme Ianni (1981) com o objetivo de evitar que a ação governamental planejada fosse influenciada ou impedida por qualquer movimentação política ou reivindicação das classes subordinadas, os governantes golpistas buscaram fortalecer seu poder, suprimindo os partidos políticos e provocando fortes intervenções nos sindicatos, além de eliminar a capacidade decisória do Congresso Nacional.

Logo, essas medidas passaram a adquirir novos contornos, à medida que as forças ditatoriais que assumiram o controle do país, intensificaram progressivamente suas ações

repressivas. De acordo com Cava (2021) com a restrição da democracia e da cidadania, incluindo a anulação dos direitos políticos dos cidadãos, o regime utilizava a censura e os valores das classes dominantes, adotando métodos desumanos de controle ditatorial, como assassinatos e sequestros, impondo-os força a população brasileira.

Esse cenário impulsionou a emergência de diversos movimentos sociais, que se tornaram mais visíveis e articulados, esse fenômeno se relaciona ao aumento da viabilidade de mobilização e organização dos sujeitos na sociedade, sobretudo com o desenvolvimento e maturação dos meios de comunicação e a construção de espaços de participação social, além de se tornarem uma resposta a forte contestação com o cenário político e social, principalmente nessa época. Conforme Antunes e Ridenti (2007, p. 79) “em 1968 presenciamos a era das múltiplas explosões e revoltas: operárias, estudantis, feministas, dos negros, dos movimentos ambientalistas, dos homossexuais, dentre tantas outras formas de levante e descontentamento social e político [...]”.

Conforme Sousa e Pereira (2022, p. 12),

Na modernidade, os movimentos assumiram um lugar destacado na vida política das sociedades, para além da representação política organizada das democracias por meio do voto. O que os movimentos produzem, portanto, também é uma forma de participação política que altera e transforma a maneira como os governos atuam e representam interesses (Sousa e Pereira, 2022, p. 12).

Outro aspecto notório sobre os movimentos sociais, é que estes dispõem de metas muito distintas, como o de influenciar o funcionamento das sociedades, partindo do intuito de promover mudanças em aspectos da vida política, social ou econômica, tal como valores, leis ou práticas cotidianas, objetivando transformar e melhorar a realidade de um determinado grupo ou da sociedade em geral. Embora nem sempre tenham sido interpretados com bons olhos, especialmente pelas elites dominantes.

Sanson (2014) aponta que a tendência de tratar os movimentos sociais brasileiros como uma questão policial, não é uma característica apenas e exclusiva da era contemporânea, a afirmação de Washington Luís, de que “a questão social é uma questão de polícia”, continua fortemente impulsionada e vigente na atualidade. Isto é, os movimentos sociais são constantemente marginalizados por uma série de fatores históricos, sociais e políticos.

Em diversos momentos da história do Brasil, lutaram pelos direitos trabalhistas, dos homossexuais, dos indígenas, das mulheres e de outros grupos que foram

sistematicamente perseguidos e amplamente combatidos, especialmente durante períodos de intensa repressão política, como aconteceu na Ditadura Militar.

As instituições políticas e jurídicas responderam de forma violenta e repressiva às demandas dos movimentos sociais, principalmente aqueles que buscaram promover significativas mudanças estruturais no sistema. Tais comportamentos dominantes, decorrem resultantes de um sistema político que privilegia interesses econômicos e elitistas, alienando e suprimindo as reivindicações populares, resultando numa interferência direta na organização e constância deles.

No contexto da Ditadura militar brasileira, essa perspectiva se consolida, “o golpe militar de 1964 pôs fim a um ciclo de mobilização e organização popular. Entre 1964 e 1969 os movimentos de resistência foram poucos” (Gohn, 2000 p. 18). A repressão violenta e sistemática imposta pelo regime, impedia qualquer forma de manifestação livre, resultando em censura, perseguições e prisões arbitrárias, esse cenário gerava um ambiente de medo e uma tentativa de impor o conformismo na população.

Na concepção de Sanson (2014, p. 197),

O movimento social sempre cumpriu um papel civilizatório na sociedade brasileira. É ele quem impulsiona e provoca rupturas junto aos setores que concentram e se negam a distribuir riquezas. O golpe militar de 1964 no Brasil foi um golpe contra o movimento social. Uma reação à ascensão dos setores populares que lutavam pelas “reformas de base” e ameaçavam os privilégios da elite nacional associada ao capital transnacional (Sanson, 2014, p. 197).

Nesse sentido, a criminalização dos movimentos sociais, resultantes do golpe militar de 1964, é encarada como uma tentativa de atrapalhar e impedir a transformação do país sob um viés social, dessa forma, mantendo o controle das elites sobre os recursos e as decisões políticas do país, contribuindo e favorecendo com o seguimento da ordem vigente e o fortalecimento da sociedade burguesa.

Desse modo, a busca por superar a repressão imposta pelas classes dominantes geraram uma série de diversas e constantes tensões. O golpe de 1964, portanto, não foi apenas um ataque às estruturas governamentais do país, mas fora, sobretudo contra a ascensão das forças populares e suas lutas por mais igualdade, participação política e justiça social.

Durante esse período, segundo Scherer-Warren (2007), o movimento social mais significativo pós-golpe militar de 1964 foi o de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal, surgindo a partir de várias iniciativas, que carregavam em torno desse objetivo comum de resistência segmentos das camadas populares, intelectuais e artistas do país.

Dentre essas oposições, se destacam diversos movimentos populares, de acordo com Antunes e Ridenti (2007, p. 78),

Em 1968 presenciamos a era das múltiplas explosões e revoltas: operárias, estudantis, feministas, dos negros, dos movimentos ambientalistas, dos homossexuais, dentre tantas outras formas de levante e descontentamento social e político, naqueles anos que selavam o “fim dos anos dourados” (Antunes e Ridenti, 2007, p. 78).

Os estudantes e trabalhadores foram dois dos principais grupos a desempenhar uma forte resistência ao regime, cada qual utilizando de suas condições e espaços, todavia suas lutas muitas vezes se cruzaram, tanto justificada pelas condições sociais similares quanto pelos atos repressivos do governo, que atravessaram ambos os contextos.

A análise dos movimentos de oposição nos anos 70, especialmente a partir de 1973 com a participação de novos grupos sociais, caracteriza uma nova maneira de se lutar contra a ditadura, atacando-a a partir de suas próprias limitações, a falta de liberdade, a questão dos direitos humanos e o descolamento das políticas econômicas do regime em relação à realidade vivenciada pela maioria da sociedade brasileira (Sevillano, 2010, p. 26).

Por mais repressivo que o regime investia se tornar, gradativamente, foi causando um efeito de ampliação da contestação popular, gerando um verdadeiro cabo de guerra entre as elites e militares no poder e as classes subalternas do país. Esse foi um momento crucial para a resistência ao regime, pois a natureza das mobilizações e dos grupos opositores se transformou, se caracterizando por uma crítica direta às contradições e limitações do próprio governo, particularmente no que se referia à falta de liberdade, aos direitos humanos e à desconexão entre as políticas econômicas do regime e a realidade da população brasileira.

A sociedade fora silenciada pela força e pelo medo da repressão. Mas resistira. Por diferentes meios e caminhos, inúmeras vezes em silêncio, articulando os mais diferentes setores. Assim, a luta revolucionária contra a ditadura seria reinterpretada como uma forma de resistência ao absoluto fechamento do regime, uma tentativa imposta pela ausência de brechas institucionais que viabilizassem, de algum modo, as lutas democráticas (Reis Filho, 2014, p. 8).

O controle exercido pelos militares sobre as universidades e a perseguição a movimentos estudantis e intelectuais que contestavam o regime militar, refletia e sustentava a urgência de atuação dos estudantes, “observa-se que há entre os estudantes a necessidade de participar das mobilizações da sociedade contra o regime militar, pois a universidade também sofria com os atos de repressão impostos[...]” (Sevillano, 2010 p. 32). Dessa forma, essa participação era sustentada como uma necessidade de maior

participação e engajamento, os estudantes foram percebendo que sua própria liberdade e autonomia acadêmica estavam sendo ameaçadas pelo regime.

Andrade (2019, p. 8) explicita:

A história do Movimento Estudantil se expande pelo fato de ser uma das maiores e uma das únicas instituições a conseguir se manter organizada em todo o período da ditadura militar. Primeiro passa-se por um processo de legalidade antes do golpe de 1964 e a campanha de legalidade, no qual garantiu a posse de Jango, sendo este o papel da UNE nas reformas de Base, onde se teve o início das caravanas dos estudantes, que percorrendo as grandes universidades da época pode ter um debate sobre as reformas que estavam para acontecer, sendo uma dessas reformas a universitária. No entanto, a UNE, enquanto movimento de resistência no período da ditadura, de todos os movimentos que se sentiram reprimidos no período, foi o único a conseguir se reorganizar e atuar em várias frentes, tanto na parte da guerrilha, na resistência armada, quanto na resistência intelectual, através de manifestações e organizações nas bases, com apoio de alguns setores como a igreja (Andrade, 2019, p. 8).

Dessa forma, os estudantes como um dos principais agentes na resistência ao regime militar brasileiro, formaram uma das mais relevantes forças organizadas de oposição ao autoritarismo imposto pela Ditadura, compondo várias frentes, com atividades clandestinas, na organização de manifestações, protestos e se tornaram também porta-vozes das vítimas de tortura e desaparecimentos forçados, quando o regime passava pelo período mais intenso. Além disso, utilizavam dos espaços acadêmicos e as redes clandestinas de comunicação para denunciar as violências e o desprezo aos direitos humanos cometidas pelo regime. No entanto, o movimento estudantil enfrentou a forte oposição dos militares, sendo duramente reprimidos. De acordo com Santos (2009) durante esse massivo período, os estudantes foram alvos constantes da de intensa repressão militar.

Segundo Sevillano (2010) no início, algumas manifestações estudantis, desde que fossem realizadas no interior dos campi universitários, eram permitidas, contudo, ao ganhar as ruas os estudantes eram durante combatidos pelas tropas militares. Conforme Antunes e Ridenti (2007, p. 80) “desde 1966, a polícia da ditadura militar vinha reprimindo manifestações esporádicas estudantis nas ruas, contudo, as rebeliões só viriam a desabrochar em 1968”. Isso porque, ao tomar as ruas, havia o risco de os estudantes ganharem maior visibilidade e desencadear uma grande e organizada mobilização social contrária ao regime.

De acordo com Santos (2009),

A luta estudantil contra a ditadura militar se intensificou em 1966, ano em que foi decretado pela UNE em 22 de setembro o Dia Nacional de Luta contra a

Ditadura. Os estudantes saíram em passeata pelas ruas em vários estados brasileiros sendo violentamente reprimidos. Este episódio ficou conhecido como “Setembrada” e resultou no “Massacre da Praia Vermelha” em que os estudantes ficaram presos na Faculdade de Medicina do Rio sendo agredidos, havendo muitas prisões (Santos, 2009, p. 105).

Alcançados pelas alas mais repressivas do regime, os estudantes não fugiram à luta, voltaram sua organização para o interior e para fora das universidades, demarcando um momento significativo da resistência estudantil, sendo coordenados pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Antunes e Ridenti (2007), pontuam que o movimento estudantil buscou alcançar novamente às ruas em junho de 1968, nesse mês o movimento atingiu seu ápice por todo o país, organizavam-se em greves, manifestações e ocupações do espaço universitário.

De acordo com Santos (2009), esse mesmo ano foi marcado pela morte do estudante Edson Luís, assassinado no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, esse episódio intensificou as manifestações estudantis e populares que surgiram e se pluralizaram em passeatas e manifestações, como a “Passeata dos Cem Mil” realizada no segundo semestre do ano, agregando estudantes, artistas e parte da população em geral.

Em resposta a esse avanço, as forças militares de segurança revidaram de forma extensiva as mobilizações estudantis. Uma das principais ferramentas de controle do regime militar era, de fato, a violência policial, que servia de forma satisfatória para suprir a oposição, principalmente nas passeatas e manifestações, os estudantes que participavam desses atos eram alvos constantes de agressões físicas, torturas e prisões arbitrárias.

Toda essa violenta repressão não visava apenas dispersar os manifestantes e descontentes, não obstante, buscava desencorajar e limitar todo e qualquer ato de resistência, gerando uma atmosfera de medo e silenciamento abrupto, “o primeiro ato do golpe foi incendiar a sede da UNE, prender toda a diretoria e retirar sua legalidade através da Lei Suplicy de Lacerda, e assim a mesma passou a existir como uma oposição ao regime” (Andrade, 2019, p. 8).

Segundo Antunes e Ridenti (2007), a intensa coibição ganhou novas vítimas, abrangendo significativos nomes e lideranças do movimento estudantil. Como ocorreu com Vladimir Palmeira, o principal líder do movimento na cidade do Rio de Janeiro, detido em agosto de 1968, após sua prisão, a Universidade de Brasília foi violentamente invadida pela polícia, essas ações foram interpretadas como formas de intimidação às organizações estudantis.

Nos meses de abril e maio, houve novas manifestações públicas, mas os estudantes em geral buscaram refazer as forças, recolhendo-se no interior das faculdades. Ao mesmo tempo, esboçaram-se movimentos de contestação no movimento operário e em parcelas do sindicalismo brasileiro (Antunes e Ridenti, 2007, p. 81).

Nesse mesmo cenário, conforme Antunes e Ridenti (2007, p. 85),

Depois de alguns anos de resistência, foi nos inícios de 1968 que a luta operária voltou com mais força e ofensividade. Em abril, setores sindicais à esquerda do Partido Comunista Brasileiro, lideraram uma greve em Contagem, cidade industrial próxima a Belo Horizonte, que teve um resultado positivo, uma vez que a ditadura militar acabou fazendo concessões frente às reivindicações trabalhistas, ao ser surpreendida pelo ressurgimento do movimento operário, silenciado e reprimido desde o golpe de 1964. Foi então, a primeira vitória de uma greve operária depois de 1964 (Antunes e Ridenti, 2007, p.85).

Ludibriados ao sentimento de vitória, o movimento operário seguiu o caminho trilhado, em busca de novas conquistas, desenvolvendo um novo plano greve, que tinha como objetivo ganhar o território nacional. Todavia, de acordo com Antunes e Ridenti (2007) o resultado esperado não chegou, diferente do que ocorreu em Contagem, os militares, dessa vez, preparados para o confronto, reprimiram vigorosamente a paralisação, decididos a concederem mais nenhuma concessão aos militantes grevistas. Após essa frustrada derrota, muitos dos dirigentes sindicais exilaram-se do país, ou passaram a atuar na clandestinidade.

Se observa que após esse desfecho em 1968, não era apenas os movimentos sociais que buscavam se articular e maturar suas ações. Nesse âmbito os militares, passaram a entender a necessidade de novos aparatos para barrar a onda progressista que ameaça a ordem do golpe, passou a endurecer ainda mais suas forças.

Fortemente repressiva contra o movimento sindical, operário e popular, a ditadura militar brasileira decretou a ilegalidade de todos os partidos políticos, criando somente dois oficiais. Interveio em diversos sindicatos, proibiu a deflagração de greves, decretou a ilegalidade do CGT (Central Geral dos Trabalhadores), da UNE (União Nacional dos Estudantes), dos PCB e demais partidos de esquerda, iniciando-se um período difícil para o movimento operário no Brasil (Antunes e Ridenti, 2007, p. 85).

A resposta veio no final de dezembro de 1968, conhecido como Ato Institucional nº 5. Para Andrade (2019, p. 10) “foi para muitos um golpe dentro do golpe, dava aos militares ainda mais poder, o poder de usar ainda mais a violência que já não continha as manifestações, e isso trazia a eles uma preocupação, tendo assim a ditadura sua própria constituição”.

De acordo com Sevillano (2010, p. 27):

Com a declaração do Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968, o regime civil-militar instaurado com o golpe de 31 de março institucionalizou suas formas mais brutais de perseguição política, entre elas as muitas maneiras de tortura postas em prática em seus órgãos de repressão (Sevillano, 2010, p. 27).

O AI-5, como ficou conhecido, representou um momento crítico na história do Brasil e da Ditadura militar, marcou a institucionalização da repressão política mais violenta e sistemática até o momento. Após o ato institucional, o regime não apenas intensificou o controle social, mas também passou a adotar uma série de medidas de repressão política. Isso incluía a perseguição a todo e qualquer indivíduo ou grupo apontado como subversivo, de esquerda ou tão somente que fossem contrários ao regime.

De acordo com o Andrade (2019) o AI-5 foi um instrumento fundamental utilizado pelos militares como um mecanismo legal autoritário, elaborado com o objetivo de fortalecer ainda mais a ditadura, que começava a perder força no cenário político e social do país, e foi visto como uma resposta direta à crescente resistência popular e à pressão por mudanças, que já estavam se tornando mais visíveis durante o período. Com a sua implementação, o regime buscava consolidar sua autoridade, otimizando a repressão contra aqueles que se opunham a ele, a violência, que já era uma prática comum, agora se tornava ainda mais extrema e institucionalizada.

Conforme Andrade (2019, p. 10),

Depois do AI-5 todos os direitos constitucionais, inclusive o direito de saber do que está sendo acusado, o direito à defesa, que é considerado uma base da democracia fora suprimido. Com a constituição sendo praticamente rasgada, pois matavam, torturavam, sumiam com pessoas, tudo no meio dessa repressão enfraquecia o movimento das organizações revolucionárias, pois com a ditadura era difícil as manifestações de rua, o debate de igual com os que estavam no poder era uma coisa que não existia (Andrade, 2019, p. 10).

O impacto brutal do AI-5 sobre a democracia e as instituições jurídicas no Brasil, resultou em um longo processo de supressão de direitos básicos e o endurecimento da violência contra os cidadãos brasileiros. De acordo com Antunes e Ridenti (2007, p. 87) “conhecido como o golpe dentro do golpe, oficializou-se o terrorismo de Estado, que prevaleceria até meados dos anos 70”. Configurou, portanto, a fase mais violenta da subtração das liberdades democráticas no Brasil.

Segundo Antunes e Ridenti (2007, p.87), o resultado do desfecho de 1968, foi categorizado por:

[...] inúmeros estudantes, operários, intelectuais, políticos e outros opositores dos mais diversos matizes foram presos, cassados, torturados, mortos ou forçados ao exílio, após a edição do AI-5. Rígida censura foi imposta

aos meios de comunicação e às manifestações artísticas. O regime militar dava fim à luta política e cultural do período, reprimindo duramente qualquer forma de oposição. “Anos de chumbo” viriam a suceder o “ano rebelde” de 1968 (Antunes e Ridenti, 2007, p.87).

Após a violência com que foram reprimidos, os movimentos sociais nesse ponto começaram a sofrer uma intensa desarticulação. Antunes e Ridenti (2007) apontam que ambos os movimentos, sofrendo os efeitos da derrocada, buscaram ressequir fortemente e ingressar na luta armada, incorporando várias de suas lideranças e demandas a ela.

2.4 DA MARGINALIZAÇÃO À LUTA: O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E A REPRESSÃO LEGAL

Apoiada no imaginário da ameaça comunista, o regime militar brasileiro igualmente fortaleceu um ideário conservador que impunha a defesa da moral, da tradição heteronormativa, dos costumes e da família burguesa nuclear. Dessa forma, qualquer outro modelo de relação que se opunha a esse imposto, era duramente perseguido e combatido. Se tornava fundamental preservar a tradição das instituições, da religião, dos direitos de propriedade e da hierarquia social.

Esse controle promoveu um cenário de intensa marginalização de uma minoria muito particular do país: os sujeitos homossexuais. Essa frente, imputou a esses indivíduos uma excessiva perseguição, violência e segregação, se tornando cada vez mais intensas nas décadas seguintes. De acordo com Quinalha (2017, p. 25) “a criação da figura de um ‘inimigo interno’ valeu-se de contornos não apenas políticos de acordo com a Doutrina da Segurança Nacional, mas também morais, ao associar a homossexualidade a uma forma de degeneração e de corrupção da juventude”, tais manobras ajudaram propositalmente a marginalizar as práticas homossexuais em parte do imaginário da população brasileira.

Conforme Quinalha (2017, p. 25),

A retórica moralidade pública e dos bons costumes foi central na construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964. A defesa das tradições, a proteção da família, o cultivo dos valores religiosos cristãos foram todos, a um só tempo, motes que animaram uma verdadeira cruzada repressiva contra setores classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores a ordem moral e sexual então vigente (Quinalha, 2017, p. 25-26).

Desse modo, se compreende que, as práticas homossexuais eram colocadas como um dos fatores que levaria à subversão dos valores tradicionais, estes que eram categoricamente usados de alicerce para a continuidade da ordem, acreditavam que essa subversão poderia levar a desestabilização do regime militar e da vida moral e heteronormativa estabelecida.

De acordo com Simões e Facchini (2009, p. 28) “a homossexualidade, como movimento visível que se preocupava com assuntos de direitos e identidade, pareceu parte de um complexo de desvios sexuais, culturais e morais que trariam o triunfo da subversão”. Para os autores, a visibilidade da homossexualidade no país, representava uma ameaça para os setores conservadores e anticomunistas dentro do regime, pois a luta e a busca por direitos sociais eram associadas a desvios morais que prejudicaria e enfraqueceria a ordem estabelecida.

Sendo assim, fica evidente que uma das preocupações do regime era conservar as bases tradicionais, para isso procurava fortalecer os preconceitos contra as minorias, sobretudo, aqueles direcionados às práticas homoafetivas, que eram continuamente associadas a um comportamento subversivo, e que necessitavam de controle para evitar uma desestabilização da sociedade tradicional defendida pelos conservadores da ordem.

Desse modo, o regime militar buscava endurecer sua resistência e eram abertamente contrários às mudanças sociais e as buscas por direitos individuais e coletivos de grupos que se formavam sob a penumbra de um regime autoritário e repressor, essas ações geram temor nos setores conservadores do regime. Além disso, o conservadorismo estava ligado a um conjunto de fatores ideológicos, morais, políticos e sobretudo, religioso, que como visto anteriormente, estava arrojado na construção histórica e social do Brasil.

Segundo Simões e Facchini (2009) nos anos 1970, reacionários, tanto dentro quanto fora do regime, associaram a homossexualidade a outros movimentos de direitos, especialmente o feminismo e o movimento negro, além de vinculá-la a uma suposta onda de subversão que estaria prestes a alcançar seu auge, a efervescência dos anos 70 que levou os homossexuais aos bares e discotecas, ilustra bem esse movimento.

Esses indivíduos enriqueceram e buscaram tomar espaço na cena cultural do país. Simões e Facchini (2009) consideram, especialmente, a famosa Galeria Alaska, que chegou a ser tema da canção de sucesso "A Galeria do Amor", composta e lançada em 1975 pelo famoso cantor Agnaldo Timóteo. De acordo com os autores, esses espaços

proporcionavam uma forma de sociabilidade para indivíduos majoritariamente empurrados para clandestinidade.

Além disso, de acordo com Simões e Facchini (2009, p. 74),

Um braço dessa repressão fazia sentir seu peso sobre os costumes, nutrindo as atividades paralelas de intimidação, venda de proteção e extermínio sumário, atuantes em todas as cidades, então conhecidas como "esquadrões da morte". Os territórios ampliados de sociabilidade homossexual eram alvo regular de incursões policiais e parapoliciais desse tipo, a pretexto de combate à vadiagem e ao tráfico de drogas (Simões e Facchini, 2009, p. 74).

Sobre o pretexto de combater a “vadiagem”, as forças militares do país frequentemente realizam operações nos espaços onde a comunidade homossexual se socializava, essas ações evidenciavam que o controle do regime não se limitava apenas as esferas políticas, mas se estendia na repressão de práticas culturais e sociais, fortalecendo um cenário segregativo, de violência e medo.

Todavia, o combate a essas perseguições se concentrava na luta pela abertura democrática e pelos direitos civis e sociais da sociedade homossexual, que passou a se organizar de forma mais estruturada. Os movimentos artísticos, que preenchiam esses espaços de sociabilidade, deram origem a uma nova dinâmica de oposição às práticas repressivas do regime militar. Esse movimento, que eclodiu por todo o país e se organizou em fontes clandestinas de informações sobre o cenário social revolucionário brasileiro, especialmente sobre a cena gay, ficou conhecido como imprensa alternativa. Para Kucinski (1991) seriam periódicos que divergiam das políticas dominantes, e buscavam protagonizar transformações a partir de mudanças sociais.

Sob essa ótica, os meios de comunicação entrelaçados a cultura são percebidos desempenhando um importante papel nesse período, ora sendo recolhidos e utilizados pelos veículos da política repressiva do regime militar, como arcabouço de promoção e propaganda do próprio regime, fortalecendo a ordem instaurada e a influência do regime militar desempenhada a moldar de acordo com seus anseios a sociedade brasileira. Ianni (1981, p. 10) “[...] foi nesses anos que floresceu a propaganda imperialista do ‘milagre brasileiro’ e da virtualidade do ‘Brasil potência’.

Fernandes (2013, p. 174) acrescenta que:

É possível identificar três frentes de atuação governamental no âmbito da cultura no período da ditadura: uma, de censura a determinado tipo de produção cultural considerada de oposição ao governo ou nociva à cultura nacional; outra, de investimento em infraestrutura em telecomunicações – ações que se coadunam com o projeto de modernização do país e com as políticas de integração e segurança nacional, mas que também favoreceram a consolidação da indústria cultural no país; e a terceira, de criação de órgãos

governamentais destinados a planejar e implementar a política cultural oficial (Fernandes, 2013, p. 174).

Isto sugere que o governo buscou, por meio da cultura, não apenas restringir a liberdade de expressão dos indivíduos, mas se beneficiar da dimensão cultural e também dos meios de comunicação, investindo em campanhas de propaganda que exaltavam o regime, disseminando mensagens favoráveis ao governo e que promoviam um sentimento nacionalista na população. E incentivava apenas produções artísticas que estivessem alinhadas ao planejamento estratégico do regime e que refletissem visões conservadoras.

Segundo Netto (2017, p. 53),

A política cultural da ditadura, na sua implementação diferenciada ao longo dos três lustros do ciclo autocrático burguês, sempre conjugou os componentes distintos requeridos pela realização destas duas tarefas em combinações diversas, ora com predomínio da sua intervenção repressiva, ora com maior ponderação da sua intervenção “positiva” — conforme a correlação de forças no plano político, o grau de resistência e pressão das forças e movimentos democráticos (dentro e fora do “mundo da cultura”) e o nível de estruturação e de articulação alcançado pelo Estado autocrático burguês e suas políticas sociais (Netto, 2017, p. 53).

Fica claro que a política cultural na ditadura não foi realizada de forma uniforme, mas foi elaborada a partir de diferentes necessidades do período ditatorial. Em alguns momentos, a intervenção do regime foi mais repressiva, isto é, o governo se concentrou em controlar e censurar a produção cultural, proibindo obras e artistas que considerava subversivos ou que se opusessem ao regime. Em outros momentos, a intervenção foi mais “positiva”, o que significa que o governo também buscou promover a cultura, mas com uma ênfase em projetos que servissem aos seus interesses ideológicos, como a valorização de uma cultura “nacionalista” ou que favorecesse o regime.

Por outro lado, para os opositores do golpe, “a questão da identidade nacional estava presente nas discussões culturais e políticas. A arte, segundo o pensamento de esquerda, seria um importante instrumento para se conscientizar o povo de sua situação e de sua própria identidade” (Barros, 2004, p.34). Através de expressões artísticas, como música, literatura, teatro e outras formas, as questões políticas e sociais são abordadas, estimulando a reflexão e a mobilização do povo em busca de transformações e mudanças.

De acordo com Napolitano (2013, p. 1),

A cultura desempenhou um papel importante na configuração de uma identidade de oposição ao regime militar, sobretudo entre os jovens de classe média. Se o campo cultural já era importante para a esquerda antes do golpe, como atestam as trajetórias históricas do Centro Popular de Cultura da UNE ou do Movimento de Cultura Popular do Recife 3, após o golpe o campo

cultural continuou a ser um foco de rearticulação de forças e elaboração de identidades políticas (Napolitano, 2013, p. 1).

Para a oposição, o campo cultural se tornou um espaço fundamental para a rearticulação de forças opositoras ao regime. A cultura não somente funcionou como um meio de expressão e resistência, mas também como um local de elaboração de novas identidades políticas. Dessa forma, se observa que, mesmo em contextos de repressão, a cultura continuou a ser um dispositivo poderoso para mobilização e formação de identidades coletivas que se opunha contra a opressão do regime militar.

De acordo com Simões e Facchini (2009, p. 74),

Esse é também, paradoxalmente, um tempo de grande efervescência artística e de contestação cultural no país. Com a grande imprensa manietada pela censura, surgem jornais alternativos, fora das grandes empresas de mídia, em formato tabloide, que funcionam como veículo de crítica política e cultural (Simões e Facchini, 2009, p. 74).

Conforme Mendes (2011, p. 1), foi durante o período da Ditadura militar, na cena jornalística brasileira, um meio de comunicação se destacou por sua abordagem crítica ao governo, evidenciando em suas matérias os problemas e abusos associados a esse regime, ficou conhecida como imprensa alternativa, essa imprensa, também chamada de “imprensa nanica” é também lembrada no período de germinação da imprensa brasileira. De acordo com Aguiar (2008, p. 234) a própria imprensa brasileira começou em seus primórdios com um jornal alternativo, conhecido como o Correio Braziliense, fundado por Hipólito José da Costa em 1808, em Londres, entre outras coisas se objetivou em lutar pela independência do país.

Dessa forma, compreendemos, a posição dos jornais clandestinos no Brasil, ocupando um importante espaço no decorrer de períodos de censura. Particularmente durante o regime militar, em que os periódicos desempenharam um papel fundamental na resistência ao autoritarismo. Tornando-se formas de comunicação e expressão alternativas em um contexto de forte repressão e violação dos direitos humanos.

Além disso, foram porta-vozes dos abusos e da violência cometidos durante a ditadura, informando e conscientizando a população acerca deles. E colaboraram, sobretudo, na organização e mobilização de grupos políticos e sociais na luta contra o regime ditatorial.

3 UMLAMPIÃO ACESO

A “ventania” trazia por Winston Leyland chegou aqui por volta de 1977 e gerou mudanças significativas no contexto da sociabilidade homossexual do país. Segundo Quinalha (2021) a visita de Leyland, editor do *Gay Sunshine*, o mais importante jornal do movimento homossexual da década, foi crucial para dinamizar a ideia de vários intelectuais brasileiros na criação de uma publicação inteiramente brasileira voltada para o público homossexual do país.

De certo, a ideia tomou formato, local e hora. Dentre o grupo, constituído por escritores, críticos de cinema, jornalistas, artistas, antropólogos, dentre outros, estavam Aguinaldo Silva, Francisco Bittencourt, Clóvis Marques, Adão Costa, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas; o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet, João Silvério Trevisan, Darcy Penteado, Peter Fry e Antônio Chrysóstomo, se reuniram no apartamento de Darcy Penteado, em São Paulo (Lampião, abril de 1978, p. 2).

A idéia de publicar um jornal que, dentro da chamada imprensa alternativa, desse ênfase aos assuntos que esta considera "não prioritários", surgiu em novembro do ano passado, e provocou uma série de reuniões; na principal delas, realizada em São Paulo, onze pessoas assumiram o que a mesma imprensa alternativa chamaria de "compromisso histórico": estava criado LAMPIÃO (Lampião da esquina, abril de 1978, p. 2).

O jornal, tomou espaço e notoriedade, sendo impresso no Rio de Janeiro, tinha a proposta de ser um jornal independente, sendo publicado e comercializado entre os anos de 1978 a 1981, se objetivava em produzir um conteúdo específico para o público homossexual do período, sendo reconhecido atualmente como o primeiro periódico artístico e político, elaborado por homossexuais e destinado ao público homossexual brasileiro

De um lado, estava a nata conservadora, impondo com mãos de ferro sua doutrina; do outro, sujeitos homossexuais, inspirados pela esperança de mudanças na virada da década, passaram a utilizar os meios jornalísticos como ferramenta para fortalecer e concretizar a luta pela causa homossexual.

Ferreira (2010) afirma que o jornal no começo, tinha como objetivo se tornar um jornal homossexual não pornô-erótico, suas edições buscavam compreender e representar sujeitos homossexuais que não possuíam espaço ou voz na sociedade, dessa forma, o jornal foi se transformando numa potente ferramenta de luta pela erradicação do preconceito e no auxílio da construção do movimento homossexual brasileiro.

De acordo com Alves (2015, p. 44),

O tabloide é precursor de um movimento que, em pouco tempo, em união com outros setores, deu oportunidade para atores sociais que até então a sociedade e o próprio governo autoritário fez questão de silenciar, utilizando da censura à tortura. Os intelectuais, por trás do jornal, transmitiam a consciência de que a homossexualidade é uma identidade a ser encarada como uma alternativa legítima à heterossexualidade. Para isso, o pensamento de normalidade sexual era apresentado em diferentes formas como: charges, cartas de leitores e colunas (Alves, 2015, p. 44).

De acordo com Cruz e Silva (2017, p. 1) o *Lampião da Esquina* nasce da união de grandes intelectuais brasileiros e sua primeira publicação, com a edição zero, aconteceu em abril de 1978.

De acordo com Quinalha (2021, p. 3),

O número zero do jornal estreou com um editorial convidativo e, ao mesmo tempo, provocador, revelando de partida uma proposta sofisticada. Com o título “Saindo do gueto”, o texto começava com um diagnóstico de conjuntura elaborado, avaliando as potencialidades e limites da “abertura” então em curso no país. “Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional [...] Mas um jornal homossexual, para quê?” (*Lampião da Esquina*, 1(0), 1978:2), assim começa o texto de abertura do jornal (Quinalha, 2021, p. 3).

O jornal também abordava temas sensíveis, como a repressão, violência e perseguição enfrentadas pela população homossexual na época. Além disso, o *Lampião da Esquina* falava abertamente do ‘ferro’ e trazia em suas edições boas doses de arte, poesias, poemas, gravuras e fotografias, que refletiam a arte e o momento histórico vivido no país.

Essas dimensões artísticas não eram utilizadas somente para enfeitar o folhetim, mas principalmente, visibilizar autores gays da época e demonstrar a arte e a vida dos indivíduos homossexuais, na tentativa de desmistificar esses sujeitos, historicamente marginalizados. De acordo os autores, Facchini e Simões (2009, p 85) o *lâmpião* se diferenciava também no modo como buscava abordar a homossexualidade, procurando combater de forma eficaz a imagem dos homossexuais como criaturas lascivas e que não obtinham ou se interessavam por nenhuma realização vida, apenas eram dirigidos pelos próprios prazeres.

Todavia, o jornal não passaria ileso aos olhos atentos do regime militar, sendo alvo constante de espionagem e formas de desarticulação. Cruz e Silva (2017, p. 2) afirmam: “soltar o verbo sem medo de represália no período do final da ditadura militar

no Brasil não era fácil e muito menos indicado, mas o *Lampião* transgrediu as barreiras da ignorância e preconceitos da sociedade brasileira”.

Quinalha (2021, p. 4) ressalta:

Apesar dos pesares, o jornal que marcou toda uma geração de gays que começavam a viver fora do armário, com todas as adversidades que isso implicava em um momento de conservadorismo acentuado, não passaria despercebido aos olhos atentos da ditadura. Foram diversas as modalidades de violência e repressão que atingiram o *Lampião* e seus editores. A espionagem oficial esteve atenta para o risco que ele representava, sobretudo à moral e aos costumes, desde a primeira hora de seu funcionamento (Quinalha, 2021, p. 4).

Ainda, segundo o autor, “questionava-se, assim, a existência de uma única identidade homossexual confinada nos guetos e estigmatizada pela associação recorrente com o submundo da criminalidade, da corrupção moral e das drogas” (Quinalha, 2021, p. 4). De minoria oprimida e empurrada para os guetos da sociedade, a comunidade homossexual brasileira começava a se articular de forma mais política e formalizada, impulsionados pelas suas próprias demandas.

Segundo Silva (2023, p. 27),

Os sujeitos que emergiram no cenário do final da década de 1970 e, posteriormente, ao longo da década de 1980 possuíam entre si diversas divergências entre os grupos sociais ao qual pertenciam. Por exemplo, os grupos de afirmação homossexual tinham seus objetivos e pretensões que os distinguiam dos grupos operários e movimentos sindicais que surgiram nesse mesmo período (Silva, 2023, p. 27).

Contudo, esses indivíduos, cada vez mais engajados e politizados, reconheciam as demandas sociais em sua totalidade. Sabiam que só seriam verdadeiramente reconhecidos e livres com uma mudança nas estruturas do país. “A atuação e a organização política dos homossexuais brasileiros na década de 1970 estão intrinsecamente ligadas às necessidades e questões da sociedade na qual estão inseridos” (Silva, 2023, p. 28).

O movimento homossexual passou a emergir ligado a outros movimentos da sociedade, entrelaçados com as lutas por direitos humanos. Tais como o movimento operário, feminista e de igualdade racial. Ligados pelo desejo da mudança que a redemocratização do país prenunciava.

Conforme Alves (2015, p. 43),

O jornal que, por consequência, acabou por consolidar o movimento homossexual no Brasil, possibilitando a criação de uma identidade gay brasileira a partir da reprodução na imprensa escrita de expressões que a população homossexual costumava utilizar nos guetos (Alves, 2015, p. 43).

Os discursos publicados no jornal desempenharam um papel político essencial na forma como as demandas sociais passaram a ser reconhecidas e expressadas pelos sujeitos

homossexuais. Ao articular essas demandas, os indivíduos conseguiram verbalizar suas necessidades e reivindicações em comum. Segundo Alves (2015), com as publicações do jornal, as questões relacionadas à população homossexual do país passam a ser exploradas sob uma nova perspectiva, trazendo para o centro do debate social a necessidade urgente por reconhecimento, por parte do Estado, dos direitos da comunidade homossexual.

De acordo com Silva (2023, p. 29),

Na primeira edição do jornal *Lampião da Esquina*, a seção "Opinião", escrita por Mariza, da qual não temos nenhuma informação, além a de que ela seria da cidade de Campinas, aborda a importância da união de todas as pessoas, independentemente de gênero, raça ou orientação sexual, na luta por direitos. Ela destaca que as lutas desses diferentes grupos têm semelhanças em termos de identidade e papel na sociedade, e ressalta a necessidade de não deixar as minorias excluídas na luta de classes. A seção tem o seguinte título: "Nossas gaiolas comuns". É interessante percebermos aqui que justamente na primeira edição, a seção editorial seja escrita por uma mulher, já que entre os editores em momento algum há a participação de mulheres que editam o periódico (Silva, 2023, p. 29).

Segundo Simões e Facchini (2009, p. 58) "o movimento político homossexual tanto colaboraria de forma decisiva para a expansão do modelo igualitário, que se daria principalmente entre as classes médias urbanas, como também dependeria dessa expansão." Dessa forma, compreendemos que os movimentos sociais, apesar da pluralidade de ideias e reivindicações, compartilham de objetivos em comum como a justiça social e a igualdade, numa interdependência benéfica, que além de unir fortalece todos os lados envolvidos.

Diante do exposto, é possível iniciar a construção de uma compreensão sobre o papel do jornal *Lampião da Esquina* como um significativo veículo de transformação no contexto do movimento homossexual brasileiro, em um período particularmente distinto como foi na Ditadura militar. O jornal se destacou na promoção da diversidade, por meio da visibilidade de diversas experiências sociais e artísticas, e, sobretudo, foi fundamental na luta contra a marginalização e os estigmas impostos aos indivíduos homossexuais.

O jornal se objetivou em desafiar narrativas preconceituosas, ampliando a compreensão das identidades homossexuais. O ideário do jornal, assim como do movimento homossexual que se formava em sua margem, carregavam consigo um forte apelo da contracultura e do espírito subversivo contestatório da época, construindo um discurso voltado para a transformação social mais ampla, combatendo a discriminação e contribuindo para a igualdade e a aceitação em um período de intensos conflitos e transformações.

Ao incorporar diferentes formas de expressão, o jornal conseguiu contemplar uma gama de identidade e personalidades, identificando e promovendo realidades complexas, se tornando uma forma de resistência subversiva, contornando a censura e as restrições impostas pelo período.

No capítulo seguinte, faremos uma viagem pelas autênticas páginas do *Lampião da Esquina*, mergulhando em suas seções com o objetivo de analisar a maneira como o jornal incorporou linguagens artísticas em suas publicações, contribuindo com a expansão e aprimoramento do movimento homossexual brasileiro.

Ao transmitir sua mensagem, o jornal ocasionou a união de diversas personalidades homossexuais, conhecidas ou não, em um espaço que propiciou mudanças significativas, no escopo dessa luta, buscamos analisar a forma como o jornal ultrapassou a sua função jornalística básica, ao se transformar historicamente, em um símbolo de resistência.

3.1 A ARTE NO JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA*

Conforme Almeida (2019), o nome *Lampião da Esquina* foi escolhido como uma forma de estabelecer uma referência tanto à história do Brasil quanto ao contexto social e político da época. O nome "Lampião" remete ao famoso líder do cangaço³ Virgulino Ferreira da Silva, que ficou conhecido como Lampião, uma figura simbólica no contexto histórico do nordeste brasileiro. Lampião foi um líder de um famoso grupo de cangaceiros que em seu tempo, desafiou as autoridades e a ordem estabelecida durante o período da República Velha.

A palavra "esquina" sugeria um ponto de encontro, evocando um espaço de trocas de ideias e interação, o que era a proposta do jornal. Foi entendido, até mesmo, como uma maneira de posicionar o jornal à "margem" das grandes narrativas dominantes da grande imprensa da época, sinalizando uma visão mais crítica e contracultural que o periódico buscava objetivar.

Dessa forma, o "Lampião da Esquina" representava uma proposta de ser uma voz contestadora e independente, com uma visão crítica das normas sociais, principalmente em relação à repressão e à censura durante o regime militar. Ao assumir o nome

³ O Cangaço foi um movimento de banditismo ocorrido no final do século XIX e início do XX na região Nordeste do Brasil. Os bandos eram formados por habitantes da região semiárida nordestina.

"Lampião", o jornal pretendia se associar à ideia de subversão e resistência e ao adotar "da Esquina", buscava afirmar que essa resistência surgia a partir de um espaço popular, de conversa e reflexão no interior do cotidiano das pessoas. O nome refletia o espírito de contestação e rebeldia contra a repressão política, cultural e social fortemente presente no Brasil naquele período.

De acordo com Rodrigues (2020, p. 26) o jornal foi editado e produzido por homossexuais, e circulou predominantemente entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, mas alcançou, posteriormente, outras capitais do Brasil por meio das assinaturas individuais. A publicação do jornal durou três anos, com tiragens mensais que iam de 12 a 15 mil exemplares, e contava com aproximadamente 20 páginas por edição.

De acordo com Lima (2001, p. 4),

O jornal, em tamanho tabloide, era impresso em preto e branco. Trazia reportagens com personalidades não necessariamente homossexuais, contos, críticas literárias, de teatro, cinema etc. Grande destaque era dado às cartas dos leitores, que se tornavam legítimos espaços de visibilidade para a comunidade. Pequenas notas contra os atos preconceituosos da sociedade eram constantes. Assim como ataques diretos a homófobos ou quem agisse de modo politicamente incorreto (embora não se usasse tal terminologia à época) em relação aos homossexuais (Lima, 2001, p. 4).

É importante destacar, que o jornal também buscava abranger uma gama de temas culturais, não se limitando apenas a tratar de assuntos relacionados diretamente à homossexualidade. Procurando apresentar conteúdos culturais: como literatura, música, cinema e teatro, e cumpria a tarefa publicando reportagens com personalidades envolvidas em questões de interesse cultural, social e até mesmo político. Tal abordagem evidenciava a proposta do jornal de dialogar com diferentes pessoas e áreas, ampliando seu alcance e seu impacto, além de ser um catalisador de personalidades artísticas, obviamente, muito destas, homossexuais.

O jornal se tornou um meio de expressão e resistência, se tornando um potente instrumento de enfrentamento ao preconceito de forma direta e ampla. Se destacando, especialmente, pela inclusão da voz da comunidade homossexual que se formava a sua sombra, assim também pela crítica ao modelo heteronormativo e pela promoção de uma visibilidade necessária e legítima em temas que muitas vezes eram profundamente negligenciados ou marginalizados pela sociedade e a mídia dominante.

Além de distribuído pelos membros dos grupos organizados, Lampião era vendido em bancas, o que o possibilitou atingir um maior número de leitores em relação às publicações artesanais. Enquanto os jornaizinhos mimeografados e xerocados atingiam 50 exemplares por edição, Lampião da

Esquina tinha tiragem inicial de 10 mil exemplares, atingindo, logo após seu surgimento, o número de 15 mil. Sem objetivar lucro, o jornal se mantinha a partir de doações e de uma cota de capital fixo estabelecida entre seus produtores (Silva e Montenegro, 2008, p. 3-4).

A sua edição experimental foi publicada em abril de 1978 e trazia em sua primeira capa, o seguinte título “Homo Eroticus – Um ensaio de Darcy Penteado”. O folheto, buscava em seu primeiro momento apresentar sua proposta de imprensa e as razões que levaram a sua publicação além de explicitar a necessidade existente no país de se atingir um modelo de homossexual conscientizado de sua realidade social (Lampião, abril de 1978).

De acordo com Almeida (2019) a principal reivindicação do jornal nesse momento era a humanização dos sujeitos homossexuais, que eram vistos, até então, pela sociedade como aberrações, seres inumanos e cidadãos inferiores. Além de pretender esclarecer dúvidas quanto à homoafetividade, dar voz às experiências, vivências e aos grupos silenciados pela Ditadura.

Quinalha (2021), afirma que o número zero do jornal estreou de maneira convidativa, com um editorial que chamava os leitores a refletir acerca de questões políticas e sociais. O título "Saindo do gueto" refletia uma ideia de que o jornal intencionava desafiar o isolamento e a marginalização de determinados temas e sujeitos, o editorial também analisava a abertura política que estava acontecendo no Brasil na época de sua publicação, com uma abordagem crítica sobre suas possibilidades e limitações.

Conforme Almeida (2019) a edição zero exibia, ainda, um ensaio sobre a arte erótica do Brasil, apresentando o artista e editor do jornal, Darcy Penteado. O artista é ovacionado como criador da arte homoerótica brasileira. A edição contribuiu para a divulgação do seu trabalho, passando a ser melhor reconhecido pelo público homossexual do país.

Figura 1

Jornal *Lampião da Esquina*, capa da edição nº 0, abril de 1978.



Fonte: Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+)

Segundo Ferreira (2010) as pautas a serem discutidas e publicadas no jornal eram definidas em reuniões que aconteciam nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, onde os editores do *Lampião* residiam. No começo essas cidades possuíam o mesmo grau de importância, na produção e impressão do periódico, mas por causa dos prazos de fechamento de edição o Rio de Janeiro se converteu na principal sede do jornal.

Conforme aponta Schmitz II (2023, p. 65),

Para subsidiar a edição do jornal foi criada a “Esquina - Editora de Livros, Jornais e Revistas” com sede no Rio de Janeiro. O escritório do *Lampião* estava situado no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, contando também com

uma equipe editorial em São Paulo. A distribuição era realizada por uma rede de empresas localizadas em diferentes cidades. Em Curitiba, por exemplo, a distribuição ficava a cargo da Ghignone. A venda também era realizada por uma rede informal, responsável pela comercialização nos locais de sociabilidade homossexual, as chamadas “lampiônicas” (Schmitz II, 2023, p. 65)

Os editores afirmavam a necessidade de destruir a imagem padrão do homossexual retirando o viés marginal, “a nossa resposta, no entanto, é dizer não ao gueto, e em consequência, sair dele” (Lampião, abril de 1978, p. 2).

De acordo com *Lampião da Esquina* (abril de 1978).

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pencha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito e nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter (Lampião, abril de 1978, p. 2).

O jornal buscava reforçar a ideia de que identidade sexual de um indivíduo, no caso, a homossexualidade, não deve ser vista como uma categoria isolada, ou como uma característica que posiciona o sujeito acima ou abaixo das diversas outras camadas sociais. Reafirmando que o homossexual não procura ser tratado de uma forma distinta, seja como alguém marginalizado ou privilegiado, além de rejeitar a concepção de viver em um espaço segregado, onde é estigmatizado ou rotulado.

Lampião da Esquina (abril de 1978) explica:

A ideia de publicar um jornal, dentro da imprensa alternativa, desse ênfase nos assuntos que esta considera “não prioritários” surgiu em novembro de 1977, e provocou uma série de reuniões, a principal delas em São Paulo, as onze pessoas assumiram o que a mesma imprensa alternativa chamaria de “compromisso histórico” estava criado o lampião, e ficou acordado que os onze criadores formariam um Conselho, encarregado de traçar a linha editorial das publicações (Lampião, abril de 1978, p. 2).

Segundo Rubbi (2023) ao posicionar o jornal como uma produção de uma “elite cultural gay”, seus editores buscavam atribuir ao jornal uma imagem de representatividade, e legitimidade ao falar com o seu público, além de buscar promover uma imagem de homossexual para além daquela formada no senso comum, marginal, promiscuo e desinteressado.

Segundo Quinalha (2021) o grupo foi ampliado com a entrada de diversos outros interessados e, para financiar o jornal, nove dos seus onze idealizadores resolveram se unir para criar uma editora a fim de cotizar a publicação do jornal. Além disso, idealizaram uma campanha de arrecadação, enviando cartas para 12 mil pessoas por todo

o Brasil, o que beneficentemente ajudou a expandir o jornal, e consequentemente auxiliou a custear suas despesas.

Rubbi (2023) reforça a ideia de que o jornal buscou pela constituição de novas representações das identidades homossexuais, com tentativas de desassociar das representações marginalizadas que haviam sido construídas até o momento, uniram esforços de compor uma nova visão acerca dos sujeitos homossexuais, isso fortaleceu a ideia de os editores fixarem o *Lampião da Esquina* para fora do gueto.

No entanto, o autor ressalta que o gueto era um espaço de sociabilidade e encontros de determinadas identidades como lésbicas, travestis e gays, espalhados em bares, praças e saunas. No entanto, o autor menciona que, apesar dessa função de acolhimento, os editores do jornal ao apresentarem os objetivos políticos do *Lampião da Esquina*, pontuaram que “é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele” (Lampião da Esquina, abril de 1978, p. 2). Eles tinham uma visão crítica desse local e o enxergavam como uma forma de isolamento social, dessa forma, defendiam que o gueto não deveria ser visto como a solução para as questões da comunidade homossexual e, por isso, era necessário romper com essa segregação, e buscavam lutar pela visibilidade integração e reconhecimento de direitos na sociedade de forma mais ampla, fora desses limites.

O gueto é a grande preocupação do Lampião em sua fase inicial. Em um período onde as violências morais e físicas contra os homossexuais eram grandes, o principal desafio além o de se assumir para ser aceito era lutar pelo fato dos homossexuais serem seres humanos e portanto terem direitos sociais, garantidos pela própria Constituição Federal, embora esses direitos tenham ficado mais assegurados a partir da chamada Constituição Social de 1988 (Ferreira, 2010, p. 5).

Para isso, seus editores afirmavam que:

O essencial é integrar-se à comunidade sem prostituir-se, sem jogar fora os seus valores [...] é necessário se atingir um tipo ideal de homossexual conscientizado de sua verdadeira realidade sexual. É preciso que isto seja sempre mostrado, o homossexual agindo conscientemente dentro de sua realidade sexual; é um indivíduo comum [...] (Lampião da Esquina, 1978, p. 15).

Esse sentimento era gerado pela necessidade de expandir com as fronteiras da luta do movimento homossexual que estava ganhando espaço naquele período, se compreende que existia uma urgência em não só dismantelar a imagem do homossexual promiscuo e ajudar a trazer essas identidades para fora das molduras marginalizadas em que foram empurrados ao longo da história.

Em sua seção “Cartas na mesa”, o Conselho Editorial do *Lampião da Esquina*, buscou criar uma espécie de tribuna através do qual seus leitores podiam expressar sobre o conteúdo presente no periódico, inclusive fazendo pedidos e formando críticas (Lampião, abril de 1978).

De acordo com Ferreira (2010),

Nesse espaço o jornal respondia as cartas, trazendo suas tendências, justificativas e explicações. Montando assim uma imagem da própria publicação e de seu público. Mostrou-se um espaço importante onde os integrantes do Conselho Editorial faziam questão de publicar cartas favoráveis e contrárias às opiniões dos integrantes, criando assim um debate de ideias. A resposta a uma carta, publicada na primeira edição do *Lampião*, mostra a forma como o tabloide se posicionava perante os leitores (Ferreira, 2010, p. 10).

Seus editores buscavam interagir com o público e especialmente esse espaço oportunizava que a comunidade se expressasse de maneira visível e direta, permitindo que essas pessoas, que eram muitas vezes silenciadas, conseguissem se posicionar e compartilhar suas queixas e experiências. Além disso, as cartas dos leitores auxiliavam a fortalecer a ideia de comunidade, além de ser uma forma de criar um caminho de diálogo entre o jornal e seus leitores.

Ferreira (2010, p. 10) afirma:

A diversidade de culturas e as opiniões dos leitores eram percebidas na seção “Cartas na Mesa”, pessoas, identificadas ou não, emitiam suas opiniões através de cartas enviadas a redação, assim os produtores do jornal ficavam sabendo da realidade que cada leitor enfrentava em sua região, já que tinha equipes de redação apenas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Através desta seção podemos perceber a dimensão da circulação. As correspondências chegavam dos grandes centros urbanos como as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Campinas, Porto Alegre. E também de cidades onde as dificuldades de circulação eram maiores como em Manaus no Amazonas, Ceara Mirim no Rio Grande do Norte, Teresina no Piauí, Campina Grande na Paraíba, Coronel Fabriciano em Minas Gerais, dentre outras (Ferreira, 2010, p. 10).

Essa seção permitia, ainda, que os editores do jornal tomassem conhecimento das diversas realidades enfrentadas pelos leitores nas diferentes regiões do Brasil, uma vez que as equipes de redação estavam localizadas apenas no Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa forma, as cartas funcionavam como uma forma de auxiliar a ampliação da visão do jornal sobre as vivências e percepções de seus leitores, proporcionando um contato mais direto e diversificado com o público, apesar das limitações geográficas da equipe editorial.

De acordo com Rodrigues (2007, p. 64),

Ainda na edição experimental, o *Lampião* trouxe como manchete “Celso Curi processado. Mas qual é o crime deste rapaz?” destacando a reportagem que ocupou três páginas na qual discorreu sobre o processo contra o jornalista Celso Curi, autor da “Coluna do Meio” do jornal *Última Hora* de São Paulo. Ao tematizar as homossexualidades, Celso Curi foi enquadrado e processado com base na chamada “Lei de Imprensa” por “atentar contra a moral e bons costumes”. Aqui chama atenção a escolha dos editores do *Lampião*, em sua edição experimental, abordar com destaque - inclusive na capa - a perseguição sofrida por outro jornalista que desde 1976 “ousou”, num veículo da grande imprensa, abordar abertamente às homossexualidades (Rodrigues, 2007, p. 64).

O autor destaca a maneira como a repressão imposta à liberdade de expressão e a moral rígida e contestadora da época moldaram um ambiente hostil para jornalistas, especialmente os que tentavam abordar temas como a homossexualidade, um assunto considerado tabu. O uso da Lei de Imprensa era usado para penalizar e amedrontar esses jornalistas, refletindo a postura de controle que o governo e a sociedade exerciam sobre o conteúdo publicado, especialmente em temas sensíveis e considerados fora da norma conservadora requerida por eles.

Conforme Almeida (2019), o jornalista Celso Curi se tornou um exemplo dessa perseguição, sendo processado e preso pela ditadura por publicar em sua “Coluna do Meio” do jornal “*Última Hora*”, Rio de Janeiro, um texto que tratava dos lugares e formas de sociabilidade da comunidade homossexual. A comissão de editores do *Lampião da Esquina*, nesse mesmo período, também recebeu intimação e foram forçados a comparecer na delegacia para prestar depoimentos, pois o jornal era encarado pelo regime como uma forma de organização de oposição.

De acordo com Almeida (2019, p. 74),

Esta primeira edição do *Lampião* foi extremamente política e ativa na questão da homossexualidade e nas novas concepções de ideias, agindo como grande contribuinte para a defesa destes sujeitos perante a sociedade e para a formação do movimento guei, que se formará no ano seguinte com o grupo Somos. Percebe-se, também, que esta primeira edição tem um caráter mais sério, descritivo e jornalístico [...] (Almeida, 2019, p. 74).

O jornal, buscava se posicionar de maneira ativa, defendendo o espaço e os direitos dos indivíduos homossexuais em uma época fortemente rodeada de tabu, discriminação e censura. Questionando as normas impostas e defendendo a igualdade e os direitos dos homossexuais. Dessa forma, o jornal transgrediu para fora de suas páginas, transformando-se numa ferramenta de luta social, ao possibilitar dar voz a resistência e aos protagonistas dessa luta, garantindo apoio, espaço e visibilidade.

Segundo Ferreira (2010),

Através de suas pautas além de se preocupar com a situação do gay, Lampião colocava em questão assuntos relacionados diretamente às minoras, mostrava a realidade que as lésbicas, os índios e os negros brasileiros enfrentavam em um período de repressão. No editorial “Nossas Gaiolas Comuns”, notamos a forte relação com os esses pequenos grupos sociais e a vontade de dar-lhes voz (Ferreira, 2010, p. 7).

A preocupação do jornal em abordar temas sensíveis e que ficavam à margem da grande imprensa, se mostrava presente na maioria das edições, de forma clara e direta, os editores buscavam quebrar barreiras referentes em noticiar publicamente esses assuntos. A seguir, na edição nº 4, do ano de 1978, o jornal publica uma vasta matéria sobre a importante passeata que reuniu indivíduos homossexuais nos Estados Unidos.

Figura 2

Jornal *Lampião da Esquina*. Edição nº 4 - Ano I, 25 de agosto a 25 de setembro de 1978.



Fonte: Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+)

Ao se apresentar de forma comprometida e profissional, com a qualidade das informações, o jornal mesclava publicações culturais e lascivas, mas se preocupava também em oferecer ao seu público, exímia importância às publicações que tratavam de temas importantes de maneira reflexiva e política. Esse enfoque mais sério e comprometido também ajudava a dar legitimidade aos objetivos iniciais do jornal, posicionando-o como uma fonte de informação relevante e respeitável dentro da luta pelos direitos da comunidade homossexual brasileira.

Tais argumentos se provam em sua edição nº 4, onde traz uma matéria acerca da passeata em comemoração à Semana do Orgulho, ocorrida em São Francisco, Estados Unidos. “A maior concentração gay na história americana”: é assim que o San Francisco Bay Times fala da passeata que, em San Francisco, encerrou a Semana do Orgulho Gay, realizada de 14 a 25 de junho. Segundo os cálculos da polícia, a marcha reuniu cerca de 240 mil pessoas” (Lampião, agosto/setembro de 1978). O evento representou um marco na luta pelos direitos e emancipação do movimento homossexual norte americano e se tornando um exemplo a ser reproduzido pelo resto do mundo.

A multidão formou uma enorme procissão que partiu das ruas Spear e Market às 11h 15min. E antes das 15h30min chegou à praça do Civic Center, a Prefeitura, onde tinha sido armado um palanque especialmente para as autoridades e os que iam falar na ocasião. Por toda a praça, mais de 100 barracas e stands vendiam desde comida a livros, numa vasta feira em que gays e straights confraternizavam. Sobre o palanque, antes de iniciados os discursos, um grupo de artistas entretia a multidão, até que o comediante Pat Bond chamou o primeiro orador, enquanto o comico Robin Tvlor gritava junto com a multidão: “Nós estamos em toda a parte” (Lampião, agosto/setembro de 1978, p. 3).

Nesse momento, é importante verificar o contraste evidente entre o cenário dos dois países, uma clara contradição nas políticas internas dos Estados Unidos, particularmente em relação ao apoio ao regime de direitos civis e liberdade no seu próprio território com os movimentos sociais progressistas crescendo por toda a parte, enquanto, ao mesmo tempo, financiava ditaduras militares e regimes autoritários em países da América Latina, como o Brasil.

A sua política externa contraditória se desenhava em seu apoio político e financeiro aos regimes autoritários, o governo norte americano, acreditava e vendia a ideia de que apoiar regimes ditatoriais na América Latina era uma forma eficiente de evitar que esses países se alinhassem ao bloco soviético, mesmo que isso significasse fechar os olhos para as violações de direitos políticos e civis. Além disso, essas ações garantiam que esses países fossem dominados pela hegemonia estadunidense.

Apesar disso, importa ressaltar que ações como a da marcha dos 240 mil e as publicações em torno dela, possuem uma importância fundamental para a legitimidade, visibilidade, e avanço da causa dos direitos do movimento homossexual, principalmente naquele período. De diversas maneiras, como evidenciando o reconhecimento e a compressão da sociedade no geral, as reportagens em torno desse tema, trazem à tona questões que antes foram escondidas ou silenciadas, fazendo com que o público, incluindo pessoas de fora da comunidade homossexual, se tornassem mais conscientes dos desafios enfrentados por esses indivíduos.

Em suma, o fato de um movimento ser noticiado contribui para sua existência no imaginário coletivo social. Sem a cobertura jornalística, muitas vezes os movimentos podem se tornar invisíveis, especialmente em contextos em que há forte censura ou discriminação. Dessa forma, o *Lampião da Esquina*, ao noticiar o evento, traz para o contexto brasileiro a notoriedade da expansão das ações do movimento homossexual estrangeiro, contribuindo, assim, para formas de militância dentro do território nacional.

3.2 A ARTE TAMBÉM É POLÍTICA

A arte apresentada no jornal foi ilustrada também como um meio de engajamento e intervenção no campo social e político do país. Ela foi utilizada para questionar a repressão do período, denunciar injustiças, refletir sobre desigualdades e preconceitos, além de mobilizar pessoas para a ação política. Além disso, impulsionou uma forma de visibilidade, oferecendo uma plataforma de afirmação de identidades marginalizadas.

O periódico era composto por entrevistas com personalidades assumidamente homossexuais, em suas edições publicava colunas culturais, além de abordar temas considerados subversivos e tabu no período de sua circulação. Devido a essa abordagem o jornal foi considerado pelos órgãos da ditadura militar uma transgressão moral, sofrendo, inclusive censura (Brandão, 2024).

Em sua seção intitulada “Literatura” o jornal trazia recortes artísticos, como poesias, poemas, canções e ilustrações. A seção funcionava a partir do trabalho de Gasparino Damata que mensalmente selecionava algumas obras para publicação mediante dois critérios: a qualidade e o enfoque lírico de uma das formas mais expressivas da comunicação humana, a sexualidade, dos pontos de vista que interessam aos leitores do jornal (Lampião, 1978).

De acordo com Schmitz II (2023, p. 67),

O jornal *Lampião da Esquina* foi dividido em diversas seções: “Tendências” com reportagens sobre teatro, cinema, música e festas, divididas nas subseções “o show”, “a exposição”, “o filme”, “a peça”, “o livro” (divulgou, por exemplo, a versão traduzida para o português do primeiro volume de “História da Sexualidade”, de Michel Foucault, pela editora Graal em 1977); “Literatura” com trechos de poemas, sonetos e livros (como o conto “O Maricas” extraído do livro *Las otras puertas* do autor argentino Abelardo Castillo) (Schmitz II, 2023, p. 67).

Schmitz II (2023), sinaliza que o uso das cores ficava limitado à capa e contracapa onde eram usadas cores além do preto, as barreiras técnicas impunham algumas restrições resultado da busca pela redução do custo de produção, mas eram contornadas de forma criativa: resultando em capas chamativas onde eram utilizados recursos visuais como fotos e gravuras.

Conforme Schmitz II (2023, p. 68),

A capa da edição nº 33, de fevereiro de 1981, demonstra bem a utilização dos recursos textuais como a manchete “Cuba: os órfãos de Sierra Maestra” e não textuais com a caricatura feita por Hildebrando de Castro que apresentou Fidel Castro vestido com figurino e chapéu com frutas no estilo Carmem Miranda. O balão de diálogo traz a frase: “yo no creo en maricones pero que los hay, los hay” (Schmitz II, 2023, p. 68).

De acordo com o autor, a capa em questão condensa diversas características do jornal, como o uso do deboche, ainda que abordasse temas sensíveis. As capas das edições eram produzidas de forma chamativa, e ainda continha um certo apelo erótico (Schmitz II, 2023). O jornal também se utilizava de tons satíricos para tratar de forma descontraída aspectos da vivência dos indivíduos homossexuais, exibidas em frases de efeitos com requintes de humor, figuras e charges.

Na concepção de Souza Neto (2013, p. 9),

Por outro lado, as charges serviam não apenas para trazer o humor para o *Lampião*, mas também para criticar determinados grupos nas disputas sociais de fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. Temas que somente se fortaleceriam na década seguinte, como a ecologia presente no Brasil a partir do retorno de algumas figuras que haviam deixado os trópicos em exílio, a exemplo de Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis ou Herbert Daniel, também seriam vistos nestas charges (Souza Neto, 2013, p. 9)

Além disso, o jornal se comprometia em dar visibilidade aos artistas locais, dentre muitos deles, homossexuais: “Leia agora! Se você é definido como um lixo nos compêndios de História, ou nas teorias dos intelectuais da moda, leia estes livros. Seus autores têm algo a lhe dizer” (*Lampião*, julho a agosto de 1978). Cita autores como

Gasparino Damata e Caio Fernando Abreu. Fazendo propaganda de seus textos. A sessão ainda publica poemas de Jean Genet, Políbio Alves e Tony Pereira.

Na seção *Tendências* da sua terceira edição, é exposta a peça teatral nomeada de Para Mulheres que Pensaram em Suicídio - Quando o Arco-íris Basta, em cartaz no Teatro do BNH, com um texto ao estilo de "off Broadway". De autoria de Ntozake Shange, que apesar do nome africano era americana. O espetáculo mostra sete mulheres, vestidas com as cores do arco-íris, questionando os seus direitos e discutindo os seus problemas na relação entre homens-mulher. Os diálogos foram apresentados em forma de poemas e coreografias.

Esta peça foi apresentada nos Estados Unidos por um grupo de mulheres negras. Uma das questões que podem ser levantadas, em termos de produção, é o porquê desta montagem não ter sido apresentada com mulheres negras aqui no Rio. Obviamente sem fazer uma apologia da raça, mas sim como forma de dar oportunidade para atrizes negras, que dificilmente podem participar com destaque de nossas produções no teatro, cinema e na televisão; Ruth de Souza, Jacira Silva, Chica Xavier e tantas outras que poderiam deixar de lado os papéis de empregadas domésticas, babás, lavadeiras e etc., e ocuparem o lugar que infelizmente lhes está faltando (*Lampião da Esquina*, julho a agosto de 1978, p. 12).

Fortemente político, o jornal utiliza a matéria para apontar a ausência de mulheres negras em papéis de notoriedade nas produções culturais brasileiras, expondo a escolha esdrúxula de atrizes brancas para as representar, demonstrando uma grande falha na produção cultural local.

Ao mencionar atrizes negras consagradas, como Ruth de Souza, Jacira Silva e Chica Xavier, que eram frequentemente limitadas a personagens estereotipados, é possível perceber a clara crítica a falta de oportunidades em trabalhos mais complexos e variados disponíveis para essas atrizes, além disso, a denúncia ao racismo estrutural que enfrentavam, e que infelizmente, ultrapassaram o tempo.

O jornal também se preocupava em trazer importantes personalidades que ofereciam referências e credibilidade as pautas debatidas. A seguir a edição nº 20 do *Lampião da Esquina*, de janeiro de 1980, que traz uma curiosa entrevista com Dennis Altman.

Figura 3

Jornal *Lampião da Esquina*. Edição nº 20 - Ano II, janeiro de 1980.

[illegible]

Fonte: Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+)

O escritor australiano Dennis Altman, autor de *Homossexual: opressão e liberação*, concedeu uma entrevista ao *Lampião da Esquina* durante sua visita ao Brasil. Na ocasião, ele teve sua opinião questionada sobre a ideia de que as lutas das minorias seriam consideradas secundárias.

O autor discorre sobre o movimento homossexual na Austrália, e afirma que movimento tem ganhado força, sendo presente em muitas cidades australianas, apesar disso afirma que maioria dos homossexuais se mantém fora do movimento, embora pareçam abertos a ele. (Lampião, 1980, p. 3).

Figura 4

Jornal *Lampião da Esquina*. Edição nº 22 - Ano II, março de 1980.



Fonte: Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+).

Na edição nº 22, sob o título: "Ai, que São Paulo gostoso", os editores publicam uma matéria sobre a segunda reunião preparatória do 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais, realizada em São Paulo no dia 3 de fevereiro de 1980. A matéria sintetiza os acontecimentos da reunião e menciona a participação de grupos como: Atuação Feminista/SP, Libertos/Guarulhos e o renomado grupo SOMOS.

Lampião (março de 1980) ressalta:

Na foto de Cristina Calixto, um flagrante da reunião preparatória para o 1 Encontro Nacional de Homossexuais: durante dois dias, 79 homens e mulheres discutiram o ternário do encontro, seus objetivos e propostas. No final, ficou decidido que uma comissão formada pelos grupos de São Paulo tratará dos últimos detalhes: local do encontro, hospedagem dos convidados, etc. Em abril, nos feriados da Semana Santa, quem viver verá: uma verdadeira multidão de bichas e lésbicas estará reunida num local qualquer de São Paulo para discutir - in medos ou culpas - os seus problemas (Lampião, março de 1980, p. 3).

Esse encontro mostra como historicamente, se tornaram plataformas de visibilidade e reivindicação por direitos civis, sociais e políticos. Esses eventos oferecem uma oportunidade para pressionar governos e sociedades a avançar contra o preconceito e os estigmas relacionados a homossexualidade. Além de permitirem a criação de um espaço seguro e receptivo para os sujeitos que, enfrentavam todos os tipos de discriminação e marginalização. Esse tipo de evento, ainda, servia para fortalecer os laços entre diferentes grupos, permitindo que as diversas expressões da identidade homossexual e as questões políticas e sociais que as perpassam naquele período, fossem debatidas, enfrentadas e celebradas coletivamente.

Ademais, no conteúdo da matéria, era possível observar a divulgação de diversas organizações que representavam o movimento homossexual naquela época, em todo o território nacional. A divulgação desses grupos auxiliou na visibilidade e na promoção de suas ações, além de garantir novos integrantes. Outrossim, esses grupos desempenharam um papel educativo importante, esclarecendo questões sobre identidade de gênero, orientação sexual, entre outros temas. E por sua vez, a divulgação dessas organizações também contribuiu, ao longo do tempo, para a disseminação de informações corretas e a conscientização da sociedade em geral, ajudando a combater a estigmatização e o preconceito em torno dos homossexuais.

Um aspecto relevante a ser observado nesse período é que tanto o jornal quanto o movimento homossexual aproveitaram a abertura política iniciada no final da década de 1970. De acordo com Ferreira (2010), as décadas de 1970 e 1980 deram início a passagem conhecida como abertura política, consequência do enfraquecimento do regime militar, assim como o movimento pela causa homossexual, os movimentos estudantis e operários, que mais tarde serviriam de base para as Diretas Já, em 1983 começam a se organizar e ganhar mais força.

Figura 5

Jornal *Lampião da Esquina*. Edição nº 37 - Ano III, junho de 1981.



Fonte: Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+)

Na sua edição final nº 37, de junho de 1981, os editores já adotando uma linguagem mais erótica e ousada, abordaram temas como cinema, fotografia e violência. O teatro ganha destaque significativo nessa edição, com o título "O teatro é uma arte guei?", no qual os editores do jornal discutiram de forma descontraída e provocadora a crescente presença de peças teatrais com temática homossexual. Eles afirmam que: "Para alguns, este 'boom' de peças homossexuais acentuou-se nos últimos cinco anos, quando houve um abrandamento da Censura Federal, permitindo assim, a abordagem de temas até então proibido por questões políticas ou mero preconceito" (Lampião, junho de 1981). Isso demonstra que a abertura política impulsionou novos ares, permitindo uma crescente nos assuntos relacionados a homossexualidade no país.

O ano de 1981 marcava o início da década de conquista da reabertura democrática no país e com ela o fim do jornal. Após 3 anos de circulação de 1978 a 1981. Seus editores

revolucionaram a forma de falar com a comunidade homossexual, iluminaram as vielas e becos de uma luta que transgrediu o espaço e tempo, e se transformaram na mais notável e importante experiência de imprensa voltada para a causa homossexual já existente no Brasil.

3.3 A HORA FINAL DO *LAMPIÃO DA ESQUINA*

Após três anos de intenso trabalho, *Lampião da Esquina* começou a mostrar sinais de esgotamento, não porque suas pautas tivessem sido extenuadas ou seus objetivos e demandas totalmente alcançados, mas devido às diversas interferências e mudanças internas, resultaram subitamente na interrupção de sua circulação.

Segundo Ferreira (2010) em suas últimas edições o jornal se tornou mais audaz e explícito, contendo ensaios e publicações mais sensuais e cada vez trazendo à tona assuntos mais polêmicos, dentre eles: sadomasoquismo, masturbação, transexualismo dentre outros. Adotando uma linguagem mais atrevida e desavergonhada, contrariando, em partes, seus objetivos primários e se aproximando do vocabulário utilizado no gueto, que até o fim de sua circulação era o lugar onde de sociabilidade e encontro de homossexuais.

Essa foi uma das razões pela cisão que ocorreu no interior de sua edição. Segundo Alves (2015, p. 45), “por ser formado por vários intelectuais com divergentes posicionamentos ideológicos, o jornal, ao longo da sua história, foi perdendo força, mas cumprindo seu papel social de dar voz aos excluídos”. Além disso, outros problemas foram surgindo atravancando a continuidade da sua publicação.

Da mesma forma, a essa altura o *Lampião* já enfrentava uma perseguição institucionalizada por parte dos órgãos repressivos da ditadura, especialmente pelas entidades de segurança, que acusavam o jornal de publicar materiais que desrespeitavam a moral e os bons costumes (Quinalha, 2021), o *Lampião* conquistou em seus anos de existência um lugar que nunca havia sido alcançado por outro periódico alternativo, se tornando referência para uma geração de homossexuais que começava a se assumir publicamente, em um contexto social e político marcado por complexas particularidade e adversidades.

Contudo devido ao seu conteúdo e à sua postura em favor da liberdade sexual e da luta contra a discriminação, o *Lampião da Esquina* não passaria despercebido aos censores do regime militar, que estava particularmente atento a qualquer tipo de

movimento representava uma ameaça simbólica ao regime, que associava a promoção de direitos aos sujeitos homossexuais à transgressão das normas sociais estabelecidas pela ditadura.

Não obstante, segundo Quinalha (2021), um inquérito foi instaurado pelo órgão de censura com o objetivo de suspender a circulação do periódico, sob a alegação de que o jornal violou a Lei de Imprensa ao ferir os valores morais da sociedade, o que resultou na abertura do Inquérito Policial nº 25/78, a investigação prosseguiu, cinco editores cariocas foram chamados a comparecer à sede do Departamento de Polícia Federal, na cidade do Rio de Janeiro, para a realizarem um procedimento judicial de identificação criminal. Posteriormente, os editores de São Paulo também foram convocados a prestar esclarecimentos. Além das acusações iniciais, os editores foram imputados de incitação e apologia à prática de homossexualidade.

De acordo com Quinalha (2021, p. 4),

O jornal que marcou toda uma geração de gays que começavam a viver fora do armário, com todas as adversidades que isso implicava em um momento de conservadorismo acentuado, não passaria despercebido aos olhos atentos da ditadura. Foram diversas as modalidades de violência e repressão que atingiram o *Lampião* e seus editores. A espionagem oficial esteve atenta para o risco que ele representava, sobretudo à moral e aos costumes, desde a primeira hora de seu funcionamento (Quinalha, 2021, p. 4).

O jornal, já visado pelos órgãos de censura do governo, enfrentava uma parcela da violência esmagadora e repressiva que denunciava em suas páginas. Contudo, irreverentes e sem perder o tom debochado, seus editores enfrentaram a linha de frente das acusações do processo, recebendo, em conjunto, um vigoroso amparo daqueles que eles mesmos defenderam posteriormente.

Ao contrário do que aconteceu com Celso Curi, que foi vítima de um processo judicial com os mesmos fundamentos sem receber suporte expressivo para resistir às pressões que vinha sofrendo, a caça ao *Lampião* despertou solidariedade e apoio de diversos setores. Apesar do curto intervalo que separou os dois casos, os tempos já eram outros e, entre os inquéritos de Curi e *Lampião*, houve uma diferença fundamental: a emergência de uma novidade chamada movimento homossexual, que parecia ainda uma utopia irrealizável em 1976 e que já dava seus primeiros sinais de emergência com o grupo *Somos* a partir de maio de 1978 em São Paulo (Quinalha, 2021, p. 12).

Quinalha (2021) ressalta: “a repercussão do caso mobilizou, ainda, uma rede internacional de ativismo gay bastante surpreendente”, segundo o autor o diálogo com as organizações estrangeiras que o jornal mostrava nas suas publicações e os contatos com militantes de países diversos, nutriram uma relação de cumplicidade mútua. O que

resultou em um significativo apoio, que auxiliou parcialmente na resolução favorável do inquérito.

Conforme Quinalha (2021, p. 12),

Uma série de cartas e de abaixo-assinados, oriundas dos mais diferentes países e escritas em diversos idiomas, foi enviada ao Ministro da Justiça Armando Falcão e, posteriormente, ao Petrônio Portella, durante a tramitação do inquérito. Exemplos de entidades signatárias foram National Gay Federation (Dublin), AHA (Berlim), Centre Du Christ Libérateur (Paris), AG Lesben & Schwule (Hamburgo), FUORI (Itália), Gay Activist Alliance (Inglaterra), National Gay Task Force (EUA), dentre outras dezenas de agrupamentos. Todas elas, com uma redação mais ou menos igual e quase sempre em inglês, expressavam a “preocupação com a arbitrariedade e a severidade dessas medidas”, requerendo ao Ministro que “exer[cesse] sua influência em nome dos direitos humanos e dos direitos civis no seu país” (Quinalha, 2021, p. 12).

Houve diversas tentativas de fechar o jornal, incluindo investigações sobre seu balanço patrimonial, como forma coagir seus editores. Os órgãos repressivos se esforçaram para encontrar brechas de irregularidade, mas, ao contrário do esperado, todas essas ações resultaram em uma onda massiva de apoio ao veículo. De acordo com Quinalha (2021) “foi organizado um Comitê de Defesa do Jornal Lampião, composto por ativistas do Grupo Somos, jornalistas, intelectuais e leitores do periódico, com o objetivo de desencadear uma campanha de solidariedade na opinião pública”.

A despeito do inquérito inicial, Quinalha discorre (2021): “diante da resistência implacável do *Lampião* e da expressiva rede de solidariedade articulada, passados mais de um ano de tramitação lenta e angustiante, o inquérito foi arquivado por determinação judicial”. Apesar da vitória judicial, a crise do jornal foi se intensificando, tanto como consequência dos efeitos da perseguição, tanto institucionalizada, quanto pela violência materializada nas ações paramilitares que lançavam bombas em bancas que comercializassem os jornais alternativos, incluindo o *Lampião*. Além disso, começaram a surgir críticas e crises que resultaram em divergências quanto à identidade das suas publicações (Quinalha, 2021).

Em suma, aliado ao exposto, críticas acerca das suas concepções de ativismo, acusações de distanciamento dos movimentos pioneiros da causa homossexual, e até mesmo a forma como as suas publicações foram ganhando uma leitura mais erótica e pornográfica, as dificuldades financeiras e a questão de na década de 80 dada a abertura política e o apelo da grande mídia se ocupando de novas pautas sobre as causas das minorias do país, o jornal passou a não ser mais unanimidade na imprensa

alternativa/homossexual. Foram todos fatores que levaram o jornal, por fim, a interromper a sua circulação, em junho de 1981.

Alves (2015), aponta que durante sua trajetória, o Jornal *Lampião da Esquina* buscou evidenciar uma postura crítica às mazelas às quais os sujeitos homossexuais foram empurrados, às violências físicas, mentais e institucionais às quais estavam expostos, somadas ao fato de o jornal oferecer um importante espaço de voz a quem a sociedade não queria escutar. No entanto, mais do que uma simples imprensa alternativa, o jornal se tornou uma válvula de escape para o isolamento e sofrimento de diversas minorias, promovendo a luta, a crítica e o apelo por respeito e direitos para homossexuais, mulheres, negros, dentre outros. A partir de suas publicações, é possível hoje reconstruir a história do movimento homossexual brasileiro, da luta e a conquista de seus direitos.

O jornal funcionou como uma plataforma de superação do isolamento social e o sofrimento que as comunidades marginalizadas, como homossexuais, enfrentavam. Oferecendo um espaço de luta por direitos e o apelo por reconhecimento e respeito. Através de suas publicações ousadas, o *Lampião da Esquina* não apenas diversificou a imprensa naquele período, mas se transformou em um marco na história do movimento homossexual brasileiro, documentando a luta e as conquistas dessa comunidade.

Como resultado, se percebe, que o jornal conquistou seu espaço na história brasileira, e para além disso, foi capaz de iluminar uma luta que não ficou restrita à penumbra da Ditadura militar, mas que ganhou força, que o impulsionou a conquistar um espaço permanente na memória e nos estudos sobre os direitos da comunidade homossexual e da resistência política no Brasil.

A pesquisa se finaliza, mas não chega ao fim, dada a importância do tema, compreendemos a sua necessidade de alcançar expansão e a gerar muitos outros debates e estudos, mas que esses debates, também, possam vir a transpassar as páginas dos livros e as salas de aula, e dar força a materialidade das lutas e as vozes de todos aqueles que se obstinam em promover uma sociedade mais democrática, justa e, sobretudo, livre.

4 CONCLUSÃO

Longe de encerrar o debate em torno do periódico, destacamos, por fim, as considerações e resultados finais obtidos a partir da pesquisa. Destacando o objeto central: o jornal *Lampião da Esquina* e suas expressões visuais e textuais, como elementos fundamentais para a construção da sua identidade jornalística, mescladas, sobretudo a uma politização muito característica da época. Articulado a um discurso subversivo e crítico, utilizando a linguagem artística irreverente e politizada para desafiar normas do período e promover uma contribuição sobre questões de gênero e sexualidade no país.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso abordou a arte presente no jornal *Lampião da Esquina*, bem como sua relação com o surgimento do movimento homossexual no brasileiro. Dividido em diversas seções, o jornal esteve disponível nas bancas entre os anos de 1978 a 1981 e se consolidou na história brasileira como um veículo subversivo, que contribuiu significativamente para importantes transformações sociais.

Ao buscar responder os objetivos da pesquisa, iniciamos no item 2.1, uma breve discussão acerca da sexualidade e sociabilidade humana, discutir esses temas auxilia na contextualização dos desafios e entraves enfrentados em torno deles, e as consequências que os preconceitos e tabus, germinados no interior destes, provocam na sociedade.

No item 2.2 intitulado: “*A germinação da imprensa no Brasil*”, investigamos a emergência da imprensa brasileira, enfatizando os aspectos complexos que possibilitaram esse processo.

Em seguida no item 2.3 : “*A repressão da Ditadura Militar de 1964 nos folhetins brasileiros*” abordamos as configurações sócio-históricas do período em que o jornal foi publicado, examinando as possibilidades e os desafios enfrentados pelo periódico, durante os anos difíceis da Ditadura militar brasileira.

No item 2.4: “*Da marginalização a luta: o movimento homossexual e a repressão legal*”, ressaltamos a forma singular que ocorreu o desenvolvimento e a organização do movimento homossexual brasileiro, ocorrido durante o processo do regime militar no país. Em “*Um Lampião aceso*”, apresentamos o jornal *Lampião da Esquina*, apontando seus principais aspectos, desafios e colaboradores. Nos itens 3.1 e 3.2 nomeados respectivamente: “A arte no jornal Lampião” e “A arte também é política”, destacamos as principais abordagens adotadas pelo jornal ao apresentar suas linguagens artísticas. Ao

longo das edições, observamos que seus editores procuraram incorporar diversas formas de arte, cultura e militância política, criando um espaço de debate primário sobre gênero e identidades homossexuais, e com isso, auxiliando a articulação e a promoção do movimento homossexual.

Em “*A hora final do Lampião da Esquina*”, apontamos as interferências e dificuldades que o jornal enfrentou e que resultaram subitamente na interrupção da sua publicação, sendo encerrado em meados de 1981.

As imagens utilizadas na pesquisa, foram de suma importância ao demonstrar a forma como o jornal era produzido, introduzindo às suas edições gravuras, fotografias, poemas, títulos bem elaborados e matérias que iam desde a exposição de peças teatrais a eventos políticos acerca da ascensão dos sujeitos homossexuais no Brasil e no mundo.

O jornal atuou como um veículo militante ao abordar corajosamente as questões relacionadas à comunidade homossexual, em uma época de intensa repressão, incentivando a importante luta contra a discriminação e defendendo de forma articulada os direitos civis e sociais dessa comunidade. Ao ser editado por homossexuais e destinado a sujeitos homossexuais, percebemos que o jornal cumpriu a sua missão em ser um espaço de representatividade, discussão artística, social, política e um porta-voz de vozes majoritariamente silenciadas, desafiando e questionando tabus e estigmas em relação à sexualidade.

Compreendemos, por fim, seu impacto duradouro no cenário cultural, político e acadêmico do país. O jornal *Lampião da Esquina*, mesmo após a interrupção da sua circulação, se consagrou como um marco importante na história da busca por direitos civis, da liberdade de expressão e da democracia no Brasil.

A pesquisa se finaliza, mas não chega ao fim, dada a importância do tema, compreendemos a sua necessidade de alcançar expansão e a gerar muitos outros debates e estudos, mas que esses debates, também, possam vir a transpassar as páginas dos livros e as salas de aula, e dar força a materialidade das lutas e as vozes de todos aqueles que se obstinam em promover uma sociedade mais democrática, justa e, sobretudo, livre.

5 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Flávio Wolf de. Imprensa alternativa: opinião, movimento e em tempo. História da imprensa no Brasil, 2008.

ALMEIDA, Eduardo Alberto de. Os gueis na Ditadura Civil-Militar brasileira: resistências. Revista Aedos, v. 11, n. 24, p. 62-79, 2019.

ALVES, Carlos Jordan Lapa; DIAS, Aline de Freitas. A homossexualidade nas páginas do Lampião da Esquina. Pergaminho, n. 6, p. 39-47, 2015.

ALVES, Zenaide Gregório. Inquisição e homossexualidade na colônia. In: simpósio internacional de estudos inquisitoriais, I, 2011, Salvador. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2012/01/Zenaide-Alves.pdf> Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

ANDRADE, Nayara Carla de. A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA. Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso, 2019.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. Mediações, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007.

BARBOSA, Marialva C. Reflexões sobre a imprensa no Brasil de 1808. Estudos em Jornalismo e Mídia - Ano V - n. 2 pp. XX – XX. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p91/10189> Acesso em: 01 de outubro de 2024.

BARROS, Patrícia Marcondes de. A contracultura tropical e a resistência à ditadura militar. Akropolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, v. 12, n. 1, 2004.

BRANDÃO, Rafael. “Saindo do gueto”: ditadura, homossexualidades, repressão e resistência nas páginas do jornal Lampião da Esquina (1978-1981). *Revista Brasileira de História*, v. 44, n. 97, p. e283833, 2024.

CAMPOS, Tiago Soares. "Cangaço"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/cangaco.htm>. Acesso em 17 de março de 2025.

CARVALHO, Kátia de. Imprensa e informação no Brasil, século xix. Brasília. *Revista Ciência da informação*. v. 25 n. 3, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/643/647> Acesso em: 01 de outubro de 2024.

CAVA, Joseph B. Na escuridão da censura, surgiu uma luz: Lampião da Esquina e imprensa alternativa (1978-1981). *Humanidades em diálogo*. V. 10, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/159106/170435> Acesso em: 13 de outubro de 2024.

Centro de documentação Prof. Dr. Luiz Mott. 2007. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/> Acesso em: 12 de janeiro de 2025.

CRUZ, Flávio P. SILVA, Leandro Soares da. O Lampião da esquina como veículo de divulgação de autores LGBT no final da ditadura militar no Brasil. *Anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*. Salvador, 2017.

DAVI, Edmar Henrique Dairell. Intolerância e homossexualidade: as marcas da homofobia na Cultura Ocidental. *Caderno Espaço Feminino*, v. 13, n. 16, p. 119-137, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, v. 14, p. 123-143, 2010. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA15_ID573_19072017164557.pdf Acesso em: 02 de setembro de 2024.

FERNANDES, Natalia Ap. M. A política cultural à época da ditadura militar. v. 3, n. 1 p. 173-192 jan.–jun. 2013.

FERREIRA, Carlos. Imprensa homossexual surge o lampião da esquina. Revista Alterjor. Ano 01. V. 01 edição 01. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88195/91073> Acesso em: 12 de outubro de 2024.

FRAZÃO, Dilva. Johannes Gutenberg. Ebiografia. 2024. Disponível em: https://www.ebiografia.com/johannes_gutenberg/ Acesso em: 04 de outubro de 2024.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf Acesso em: 09 de outubro de 2024.

GOHN, Maria da glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000.

HEILBORN, Maria luiza. Entre as tramas da sexualidade brasileira. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H9vcsRTzLyVBFPg6kCbyn6q/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 de novembro de 2024.

IANNI, Octavio. A ditadura do grande capital. 1981.

KUCINSKI, Bernardo (1991). Jornalistas e revolucionários da imprensa brasileira. São Paulo: Escrita Editorial.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Edição nº zero, abril de 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Edição nº 1 - 25 de maio a 25 de junho de 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Edição nº 20 - janeiro de 1980.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Edição nº 3 - Ano I, 25 de julho a 25 de agosto de 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Edição nº 37, junho de 1981.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Edição nº 4 - 25 de agosto a 25 de setembro de 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Edição nº 22, março de 1980.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 122, p. 275-293, 2015.

LGBTQIAPN+ Entenda o significado de cada letra. Nilo Frantz. Disponível em: <https://nilofrantz.com.br/significado-lgbtqiapn-plus/> Acesso em: 1 de abril de 2025.

LIMA, Marcus Antônio Assis. Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil. *Biblioteca On-line de Ciências da Informação*, 2001.

LIMA, Telma C. S de. MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katalysis*. Edição especial 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 09 de outubro de 2024.

NUNES, Sued. *Povoada*. Bahia. Mugunzá Records. 2021. Youtube (1:34 min).

MENDES, Sérgio Luiz da S. A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. *Contraponto*, v. 1, n. 1, p. 24-41, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. A questão da resistência cultural. São Paulo. 2013.
Disponível em: https://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/2013_A-questao-da-resistencia-cultural.pdf Acesso em: 05 de novembro de 2024.

NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 01.ed. São Paulo: Cortez, 2017.

OURO PRETO, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Desenvolvimento Social. CRA LGBT Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/desenvolvimentosocial/cra-lgbt> Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

QUINALHA, Renan. Contra a moral e os bons costumes: as políticas sexuais da ditadura brasileira (1964 – 1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais), USP, São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan. Lâmpião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. Cadernos Pagu (61) São paulo. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/SHVG63XcvL7Tz4Rp3FDBNMB/#> Acesso em: 08 de outubro de 2024.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, César Felipe. Lâmpião da Esquina: disputas e (Re)Construções das Masculinidades e Identidades Homossexuais do Fim da Década de 1970. 2020. 104 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Araraquara, 2020.

RODRIGUES, Jorge Luís Pinto. Impressões de identidade: Histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil. 2007.

RUBBI, Gustavo. Ventos favoráveis às contradições: uma análise das composições discursivas e imagéticas das travestilidades no periódico Lâmpião da Esquina-RJ (1978-1981). *Faces da História*, v. 10, n. 2, p. 252-279, 2023.

SANSON, Cesar. O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil. *OSAL*, v. 19, p. 8, 2014.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. *Revista Aurora*, v. 3, n. 1, p. 101-108, 2009.

SANTOS, Andressa Regina Bissolotti dos; SILVA, Henrique Kramer da Cruz e; Identidade LGBT e capitalismo: a construção histórica da homofobia e as estratégias jurídicas para seu combate. UFPR. 2013. Disponível em: <https://direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/11/Jornada-5%C2%BA-lugar.-Andressa-e-Henrique1.pdf> Acesso em 14 de fevereiro de 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 7, n. 1, p. 9-21, 2007.

SCHMITZ II, Alberto Alexandre. Identidade, Imprensa e movimento homossexual brasileiro dos anos 1970. Curitiba, 2023.

SCHULTZ, Kirsten. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821. *Tempo*, v. 12, p. 5-27, 2008.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985). 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Andrey Tironi da. AA EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O JORNAL LÂMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981). *Horizontes Históricos*, v. 7, n. 2, 2023.

SILVA, Fábio Ronaldo da; MONTENEGRO, Rosilene Dias. Por uma história da

imprensa homoerótica brasileira. 2008.

SILVEIRA, Guilherme Andrade. Sob a ótica pós-colonial: a modernidade e a construção da homofobia. *Nau Social*, v. 5, n. 8, 2014.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA NETO, Miguel Rodrigues de. Movimento Gay e imprensa homossexual no Brasil contemporâneo: o Lâmpião da Esquina (1978-1981). *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH*, 2013.

SOUZA, Cláudio André de; PEREIRA, Carla Galvão. *Movimentos Sociais* 6. 2022.

TREVISAN, João s. *Devassos no paraíso*. 3ª edição. 2000.